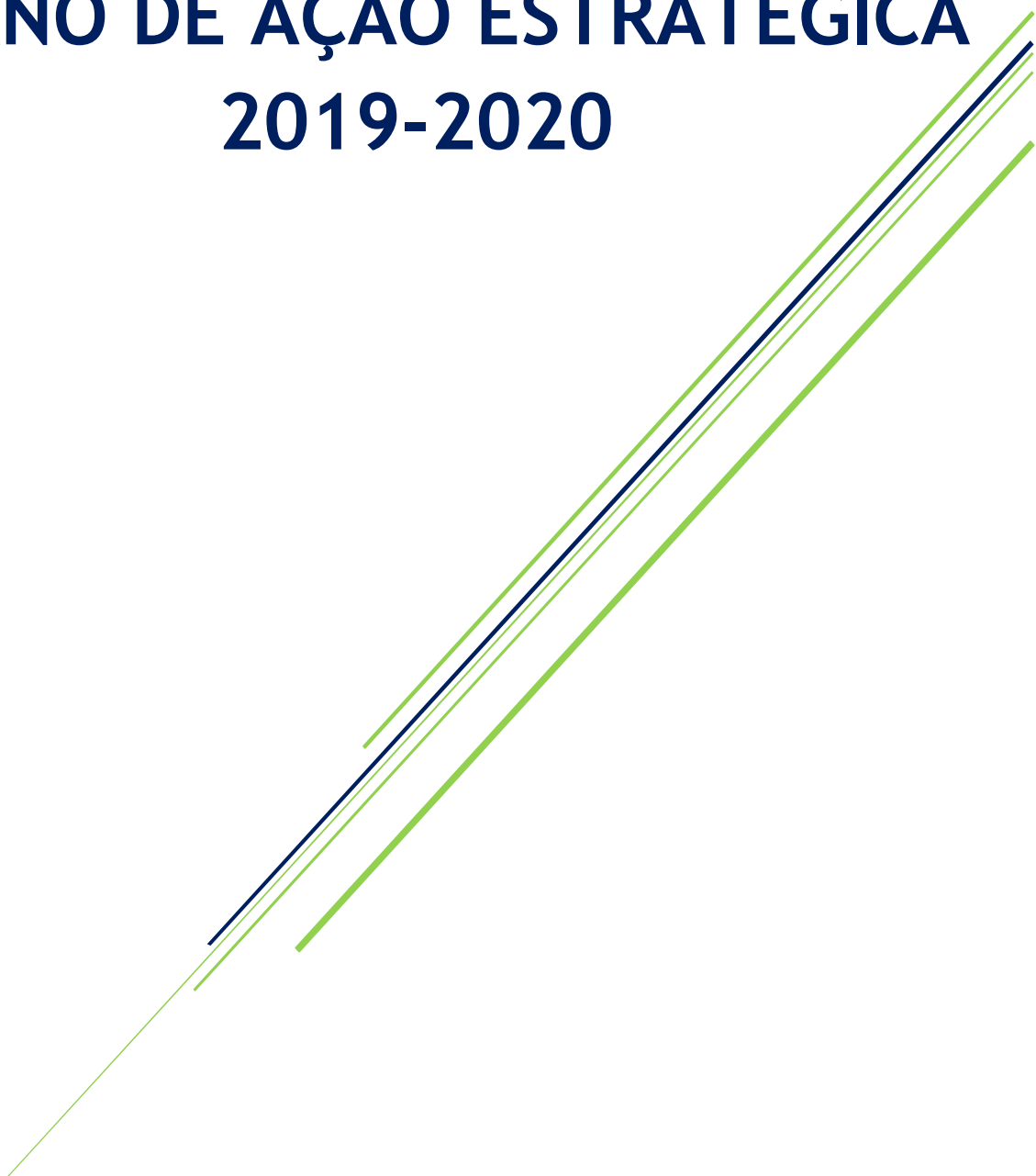




PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA 2019-2020



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	7
3. ESTRUTURAS INTERMÉDIAS	9
3.1. Coordenador de Estabelecimento	9
3.2. Departamento Curricular	11
3.3. Grupo de Recrutamento	12
3.4. Coordenação de Ciclo	14
4. EQUIPAS DE TRABALHO	15
5. ATIVIDADES DE COMPLEMENTO DO CURRÍCULO	23
6. CALENDÁRIO ESCOLAR E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	27
6.1. Pré-escolar	27
6.2. Ciclo do ensino básico	27
6.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	27
7. CULTURA DE AGRUPAMENTO	28
8. NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS	29
9. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE	31
9.1. Pré-Escolar e 1º Ciclo	31
9.2. 2º e 3º Ciclos e Secundário	32
9.3. Organização do horário semanal do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo e Secundário	32
9.4. Critérios para a distribuição de assessorias técnico-pedagógicas/apoio à Diretora	33
9.5. Critérios para a distribuição dos cargos pedagógicos – 2º e 3º Ciclo e Secundário	34
9.6. Tempo a atribuir para Cargos de Coordenação	35
9.7. Promoção do Sucesso Educativo	36
10. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	38
a. Critérios de Constituição de Turmas na Educação Pré-Escolar	38
b. Critérios de Constituição de Turmas no 1º Ciclo no Ensino Básico	38
c. Critérios de Elaboração das Turmas 2º Ciclo	41
d. Critérios de Elaboração das Turmas 3º Ciclo	41
e. Critérios de Elaboração das Turmas do Ensino Secundário	42
f. Critérios de Elaboração das Turmas no Agrupamento de Escolas	43
11. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	44
a. Oferta formativa	44
b. Matriz Curricular do 1º Ciclo	44
c. Matriz Curricular do 2º Ciclo	46
d. Matriz Curricular do 3º Ciclo	47
e. Matriz Curricular dos cursos científico-humanísticos	49
f. Matriz Curricular dos Cursos Profissionais	51
11. ARTICULAÇÃO VERTICAL DO CURRÍCULO	53
12. PLANO CURRICULAR DE TURMA/PLANO DE TURMA	55
13. MEDIDAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho)	56

13.1.	Organização / Funcionamento	56
13.2.	1º Ciclo.....	56
13.3.	2º Ciclo.....	57
13.4.	3º Ciclo.....	57
13.5.	Ensino Secundário	58
13.6.	Apoio Educativo / Aulas de Recuperação.....	58
13.7.	Apoio ao desenvolvimento das aprendizagens	59
13.8.	Apoio específico a alunos estrangeiros	59
13.9.	Procedimentos.....	59
14.	A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS	61
15.	EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	68
16.	OCUPAÇÃO PLENA DOS TEMPOS ESCOLARES DOS ALUNOS.....	69
16.1	- Critérios de seleção de Docentes em caso de Ausência do respetivo Docente	69
17.	SUPERVISÃO/INTERVISÃO PEDAGÓGICA	71
18.	GESTÃO DISCIPLINAR	73
1.	Sala de Estudo	73
2.	Gabinete de Mediação Disciplinar	74
3.	Equipa Multidisciplinar de Acompanhamento à Gestão Disciplinar	74
4.	Implementação do Contrato de Autonomia.....	74
19.	ARTICULAÇÃO AGRUPAMENTO/COMUNIDADE.....	75
20.	AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA.....	76

1. INTRODUÇÃO

A constituição do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento foi oficialmente homologada por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datado de 28 de junho de 2012, e resultou da fusão de duas unidades orgânicas: Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância Alpha e Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento. Está sediado na Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento e é constituído pela Escola EB 2,3 Dr. Ruy D' Andrade, por três Escolas do 1º Ciclo (EB da Zona Verde, EB do Bonito, EB António Gedeão e pelo Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner. Todos os estabelecimentos dispõem de espaços específicos para o apoio/acompanhamento a alunos com necessidades educativas especiais. É um Agrupamento de Referência para alunos Cegos e de Baixa Visão, para alunos com Espetro de Autismo, assim como ao nível da Intervenção Precoce. Todas as Escolas Básicas e Jardins de Infância propiciam aos seus alunos, respetivamente, atividades de enriquecimento curricular e atividades da componente de apoio à família.

O Agrupamento é constituído por 268 professores, maioritariamente, do quadro, profissionais experientes, tendo na sua maioria mais de 25 anos de serviço, e mais de 55 anos de idade, o que evidencia alguma estabilidade do corpo docente. Nele trabalham 100 assistentes (operacionais e técnicos) que, na sua maioria, se situam na faixa etária dos 50-60 anos e exercem a sua atividade nos estabelecimentos que integram o Agrupamento há mais de 20 anos. Conta com cerca 2600 alunos e acolhe não só os alunos residentes no concelho, mas também nos concelhos limítrofes. Esta situação é explicada com base na elevada centralidade do Entroncamento, que se assume como um centro de fortes acessibilidades e de diversidade de ofertas educativas (Ensino Regular e Cursos Profissionais), a que não é alheia a qualidade do ensino prestado, traduzida em elevados índices de sucesso escolar.

Este Plano assenta no Projeto Educativo do Agrupamento que define as grandes finalidades educativas em torno das quais os diferentes atores devem pautar a sua ação.

O presente Plano de Ação apresenta a matriz organizacional do Agrupamento, define princípios orientadores e linhas estratégicas de atuação visando a implementação e o efetivo cumprimento dos objetivos e metas traçadas no Projeto Educativo.

Neste documento são apresentados os diferentes órgãos de gestão e administração do Agrupamento, as diferentes estruturas pedagógicas e os diversos grupos de trabalho que, conjuntamente, contribuem com o seu desempenho para a qualidade do ensino e da formação que pretendemos dar aos nossos alunos.

Pretendemos dar destaque, neste Plano de Ação Estratégica, ao trabalho a desenvolver ao longo do ano letivo 2019/2020, tendo presentes os domínios do Projeto Educativo, as sugestões/propostas no relatório do Plano Anual de Atividades apreciado em Conselho Pedagógico, no final do ano letivo, visando o cumprimento dos objetivos e metas definidas no referido projeto, assim como a manutenção e a otimização de práticas e procedimentos já instituídos nesta Unidade Orgânica, a saber:

- o reforço de uma Cultura de Agrupamento consubstanciada na uniformização de documentos e de procedimentos;

- a atualização dos critérios que presidem à elaboração de horários, constituição de turmas, distribuição do serviço docente, distribuição dos cargos pedagógicos e respetivas reduções na componente não letiva;
- o papel das estruturas intermédias;
- a atualização da matriz curricular de todos os ciclos de ensino e modalidades de formação do Agrupamento;
- os procedimentos a seguir com vista a assegurar a Ocupação Plena dos tempos escolares dos alunos;
- os mecanismos de Supervisão/ Intervisão Pedagógica;
- os itens a ter em conta no processo de avaliação dos alunos;
- as orientações para a elaboração dos Planos de Turma e dos Planos Curriculares de Turma;
- o plano de comunicação interna e externa;
- a relação do Agrupamento com a comunidade;
- a gestão da indisciplina;
- a autorregulação.

Neste documento são articuladas um conjunto de orientações definidas pelo Órgão de Gestão do Agrupamento com decisões partilhadas pela comunidade escolar, em sede das respetivas estruturas de coordenação pedagógica, visando conferir coerência e coesão à atuação dos diferentes intervenientes no processo educativo.

O Plano de Ação Estratégica para o Agrupamento constitui-se, assim, como um meio facilitador da organização, e respetiva divulgação, das dinâmicas, das metodologias e dos procedimentos a seguir por todos os docentes numa lógica de trabalho colaborativo/cooperativo suscetível de potenciar a melhoria da qualidade do processo de ensino/aprendizagem e, simultaneamente, reforçar a cultura de Agrupamento.

A missão do Agrupamento (*Educar e Formar para a Vida*) está bem clara no nosso Projeto Educativo pelo que acreditamos que cada uma das Escolas que o constituem, guiada pelas mesmas linhas de ação, assumirá um papel fundamental na formação integral dos nossos alunos preparando-os para a aprendizagem ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania responsável e empreendedora.

Inovação, Rigor, Qualidade, Responsabilidade, Solidariedade e Equidade são valores em que apostamos e que pretendemos fomentar e desenvolver nos nossos alunos, a par das aprendizagens significativas que lhes permitam o prosseguimento de estudos, bem como o ingresso na vida ativa.

Não pretendendo resolver todos os problemas sociais (a instituição familiar que atravessa atualmente um momento conturbado, a incerteza e os conflitos próprios da adolescência traduzidos num aumento da indisciplina associada a uma tentativa constante de quebra de regras e normas e a situações pontuais de agressividade), estamos conscientes que a Escola tem uma responsabilidade social que lhe exige a divulgação e a transmissão de valores associados à valorização do esforço e do trabalho, à justiça social e à responsabilidade individual. Daí a necessidade de ser elaborado e divulgado à comunidade educativa um documento desta natureza que contenha as linhas orientadoras e as estratégias de ação que contribuam para a concretização do nosso Projeto Educativo e para o sucesso da nossa Missão.

Quando todos conhecermos as metas a alcançar, o caminho a seguir e as coordenadas para lá chegar teremos, seguramente, maior êxito no trabalho desenvolvido.

O tratamento de Gestão de Reclamações é uma ferramenta fundamental ao nível da imagem e da Qualidade do Agrupamento. Neste sentido, entende-se, também, como importante a definição e implementação de uma Metodologia de Gestão de todas as reclamações escritas e verbais, para que uma reclamação seja entendida como uma oportunidade de melhoria para o Agrupamento.

Assim, considerando a pertinência de dispor de uma forma acessível e eficaz de comunicar as opiniões sentidas como um feedback positivo, procurou-se implementar um sistema funcional de gestão de reclamações e tratamento de respostas, a saber:

- Pedido de revisão da avaliação: tratado no Conselho Pedagógico;
- Reclamação de comportamento do aluno tratada de acordo com os procedimentos disciplinares: em primeiro lugar, junto do Professor Titular de Turma/Diretor de Turma, Coordenador de Estabelecimento e no Gabinete de Mediação Disciplinar quando se justifique;
- Reclamação no “Livro Amarelo”: é dado conhecimento aos Serviços Administrativos que procedem em conformidade;
- Reclamações diretamente junto da Diretora, nas reuniões com as Associações de Pais, com os representantes dos pais nos conselhos de turma, com os delegados de turma, ou posteriormente, em contactos formais ou informais, ou através do e-mail do provedor - asminhassugestões@gmail.com que envia, de imediato, os procedimentos que considere pertinentes no âmbito da sua autonomia e/ou de acordo com a legislação em vigor.

Como metas prioritárias, numa lógica de igualdade de oportunidades, propomo-nos diminuir, no período de vigência do Projeto Educativo, as taxas do abandono/retenção por excesso de faltas, aumentar a qualidade do sucesso; promover o encaminhamento de todos os alunos em risco para instituições que deem resposta aos seus interesses e necessidades.

Iremos também elaborar os documentos direcionados para a qualidade e a melhoria efetiva e sistemática do Agrupamento, entre os quais, o Manual de Procedimentos dos Serviços Administrativos, o Manual de Acolhimento do Pessoal Docente e Não Docente e a Carta do Aluno. Propomo-nos também a divulgação do Regulamento de aluguer e cedência de espaços (Ginásio, Auditórios e Salas) e equipamentos, bem como, à reformulação do Código de Conduta.

2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

CONSELHO GERAL	
Diretora do Agrupamento	Maria Amélia Gomes Barreiros Marques Vitorino
Representantes do pessoal docente	Carlos Alberto Alves da Silva (Presidente)
	Carlos Jorge Florindo de Freitas
	Eugénia Maria Fernandes A. C. Tomás
	Lurdes Martins Aparício
	Manuela Maria Brás P. Freitas
	Teresa Abreu Fernandes
	Idalina Raposo Governo
Representantes do pessoal não docente	Cristina Catrola
	Vítor Joaquim Jesus Isidro
Representantes dos pais e encarregados de educação	Emanuel Soares Fernandes
	Sandra Isabel Margalho Café
	Carla Sofia Marçal Rosa
	Rosário Maria Gregório Castelo
Representantes dos alunos do ensino secundário	Francisco Miguel Madeira Magusto
	Inês Filipa Marques Pereira Lopes
Representantes do município	Ilda Joaquim (Vice-Presidente da Câmara)
	Tília Nunes (Vereadora da Educação)
	Mário Balsa (Chefe de Gabinete)
Representantes da comunidade local	Centro de Saúde – Elisa Vicente
	NERSANT – Luís Roque
	PSP – Hugo Figueiredo

ÓRGÃO DE GESTÃO	
DIRETORA	Maria Amélia Gomes Barreiros Marques Vitorino
SUBDIRETOR	Paulo Jorge Rodrigues Lopes
ADJUNTA DA DIREÇÃO	Zita Maria Calado Faustino Neves
ADJUNTA DA DIREÇÃO	Ana Margarida Marta Silva Costa
ADJUNTA DA DIREÇÃO	Custódia Nunes Lopes

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
PRESIDENTE	Maria Amélia Gomes Barreiros Marques Vitorino
VICE-PRESIDENTE	Paulo Jorge Rodrigues Lopes
SECRETÁRIA	Teresa Quintino

ASSESSORIA DA DIRETORA	
Augusto Luís Formiga Ramos	
Ana Paula Charrua Cambóias	

ENCARREGADA DE PROTEÇÃO DE DADOS: Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
--

CONSELHO PEDAGÓGICO			
PRESIDENTE			Maria Amélia Gomes Barreiros Marques Vitorino
Coordenadores	Departamentos	Línguas	José Manuel Rodrigues Ventura
		Matemática e Ciências Experimentais	Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
		Ciências Sociais e Humanas	Maria Filomena Maia de Almeida Pereira
		Expressões	Maria Antónia Frias Gonçalves Cardoso
		Educação Pré-Escolar	Carolina Maria Isidro Dores
		1º Ciclo	Helena Cristina Jerónimo S. Rodrigues Diogo Grácio
	1º Ciclo		Maria Alice da Silva Grossinho Rodrigues
	2º Ciclo		Maria José Pires Valente
	3º Ciclo		Carla Filipa Paixão Martins
	Secundário		Isabel Maria Vieira Graís Martins
	Educação Especial		Isabel Maria da Fonseca Gonçalves Vieira Campaniço
	Clubes e Projetos de Desenvolvimento Educativo		Maria de Lurdes Violante Ferreira Gameiro
	Bibliotecas Escolares		Elsa Maria Gonçalves Barreiros
	Cursos Profissionais		Maria Rosa Fonseca Aranha Sirgado Inácio

3. ESTRUTURAS INTERMÉDIAS

Coordenadores de Estabelecimento, Coordenadores de Departamento/Subcoordenadores e Coordenadores de Ciclo, entre outros, constituem um conjunto de lideranças intermédias essenciais à liderança da Diretora e, conseqüentemente, a toda a organização em que assenta o funcionamento do Agrupamento. A estas estruturas estão associadas um conjunto de funções e tarefas específicas que em muito contribuem para o bom desempenho da nossa Missão.

No final de cada ano letivo os diferentes Coordenadores elaboram um relatório crítico da sua atividade, focando os pontos fortes e os pontos fracos da mesma, que é entregue à Diretora e por ela tido em consideração na preparação do ano letivo seguinte.

3.1. Coordenador de Estabelecimento

Compete às Coordenadoras de estabelecimento, entre outras, a definir pela Diretora, as seguintes funções:

1. Cumprir e supervisionar a aplicação do Regulamento Interno do Agrupamento.
2. Comunicar superiormente todas as infrações do pessoal docente e não docente de que tenha conhecimento.
3. Tomar decisões, em situações de emergência, sobre assuntos relacionados com a organização e funcionamento do estabelecimento, delas dando imediato conhecimento à Diretora.
4. Elaborar o mapa diário de faltas do pessoal docente e não docente, encaminhando-o para a escola sede.
5. Elaborar o Mapa do leite (Pré-Escolar e 1º Ciclo).
6. Coordenar/acompanhar as atividades educativas, em articulação com a Diretora.
7. Fazer chegar à Direção (por email, telefone ou em suporte escrito), todo o expediente/correspondência entrada/entregue no estabelecimento do estabelecimento.
8. Assegurar o funcionamento dos canais de comunicação interna do Agrupamento.
9. Formalizar à Direção, no âmbito do PAA os pedidos de transporte, pedidos de patrocínios, convites a entidades externas e outros.
10. Cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretora, nomeadamente:
 - a) Supervisionar o trabalho de vigilância e de acompanhamento dos alunos no espaço escolar (no recreio e nas zonas comuns);

- b) Supervisionar o Pessoal Docente e não Docente (no cumprimento de horários, no cumprimento das tarefas inerentes aos respetivos conteúdos funcionais) com comunicação à Diretora de eventuais incumprimentos;
 - c) Ouvir sugestões/propostas para posterior reencaminhamento à Diretora;
 - d) Zelar pelo normal funcionamento das instalações, espaços e equipamentos (comunicar à Diretora as situações de estragos, avarias...);
 - e) Supervisionar o serviço de bar (Ruy D'Andrade) e de refeições com comunicação à Diretora de eventuais constrangimentos;
 - f) Afixar e atualizar a informação na sala de professores e em lugares de estilo;
 - g) Acompanhar a realização de reuniões, provas e exames;
 - h) Receber, registar e arquivar cópias das convocatórias e das atas das reuniões, fazendo cumprir os prazos para entrega das mesmas, na Direção do Agrupamento;
 - i) Manter atualizado o inventário dos bens pertencentes ao Estabelecimento.
11. Transmitir as informações relativas ao pessoal docente, não docente e alunos, emanada da Direção.
12. Apresentar propostas relativas à notação do Pessoal não docente.
13. Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação nas atividades educativas.
14. Promover reuniões de trabalho com o pessoal docente visando a implementação das atividades presentes no PAA.
15. Promover reuniões de trabalho com o pessoal não docente visando a melhoria do funcionamento/vigilância/segurança/limpeza do estabelecimento e dos espaços envolventes.
16. Dar a conhecer à Diretora as intervenções necessárias a realizar no âmbito da manutenção e conservação dos equipamentos e edifícios.
17. Receber os pais/encarregados de educação e, caso seja necessário, encaminhá-los à Diretora;
18. Instruir e organizar os procedimentos necessários à aplicação de medidas disciplinares;
19. Acompanhar todos os alunos sujeitos a medidas disciplinares.
20. Propor iniciativas e ações que visem melhorar o funcionamento do estabelecimento;
21. Apresentar propostas relativas à avaliação do pessoal não docente.

22. Elaborar um relatório crítico, anual do trabalho desenvolvido, a enviar à Diretora.

COORDENAÇÃO DE ESTABELECIMENTO		
Escola	Cargo	Professor
Escola Dr. Ruy D'Andrade	Coordenadora de Estabelecimento	Paula Mata
	Assessora da Diretora	Paula Cambóias
	Plano de Intervenção	José Paulo
		Martinho Branco
		Antónia Cardoso
		Lurdes Gameiro
		Teresa Ferreira
		Ana Sirgado
Escola Básica do Bonito	Coordenadora de Estabelecimento	Isabel Soares
	Subcoordenadora de Estabelecimento	Paula Pinto
Escola Básica António Gedeão	Coordenadora de Estabelecimento	Dulce Dinis
	Subcoordenadora de Estabelecimento	Ana Cristina Ramalho
Escola Básica da Zona Verde	Coordenadora de Estabelecimento	Graça Batista
	Subcoordenadora de Estabelecimento	Céu Carvalho
Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner Andresen	Coordenadora de Estabelecimento	Gracinda Fernandes
	Subcoordenadora de Estabelecimento	Lina Lopes

3.2. Departamento Curricular

No Agrupamento, os professores organizam-se em seis Departamentos Curriculares que integram um ou mais Grupos de Recrutamento:

O Departamento Curricular é uma estrutura educativa intermédia com múltiplas competências definidas na Lei e no Regulamento Interno.

Pela importância que revestem na ação educativa enumeram-se as seguintes:

- Analisar e refletir sobre as práticas educativas e seu contexto;
- Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de atuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e de avaliação das aprendizagens;

- Elaborar propostas curriculares diversificadas, em função da especificidade de grupos de alunos;
- Assegurar a articulação curricular;
- Propor ao Conselho Pedagógico os critérios gerais de avaliação dos alunos;
- Desenvolver medidas no domínio da formação dos docentes do departamento curricular;
- Elaborar o Plano Anual de Atividades.

3.3. Grupo de Recrutamento

O Conselho de Grupo de Recrutamento é uma estrutura de apoio ao Departamento Curricular em todas as questões específicas da (s) respetiva (s) disciplina (s).

Neste contexto, destacam-se as seguintes competências:

- Planificar as atividades das disciplinas do grupo;
- Apoiar o trabalho dos professores, promovendo a troca de experiências sobre metodologias e materiais pedagógicos;
- Definir e construir instrumentos de avaliação;
- Escolher os manuais escolares;
- Propor a distribuição do serviço letivo;
- Propor a realização de ações de formação;
- Propor as atividades a inserir no Plano Anual de Atividades;
- Propor ao Departamento os critérios gerais de avaliação dos alunos.

O Conselho de Grupo reúne semanal ou quinzenalmente.

No ano letivo de 2019/2020 consta do horário de cada professor um tempo de quarenta e cinco minutos comum a todos os docentes do mesmo grupo de recrutamento, para trabalho cooperativo.

Este tempo foi instituído com o objetivo de operacionalizar a supervisão/intervisão pedagógica, reforçar o trabalho entre pares, trocar saberes/experiências e materiais, construir instrumentos conjuntos de avaliação, planificar atividades curriculares e extracurriculares e otimizar a comunicação interna.

DEPARTAMENTO	Coordenador	Grupos	Disciplinas	Subcoordenadores
Pré-Escolar	Carolina M ^a Isidro Dorés	100		
1º Ciclo	Helena Grácio	110		
LÍNGUAS	José Ventura	120	Inglês	Paula Couto
		200	Português (RA)	Maria José Bento
		220	Inglês (RA)	Eugénia M ^a Tomás
		300	Português (SEC)	Teresa Fernandes
		300	Português (RA)	Idalina Governo
		300	Francês (RA)	Ana Paula Mendes
		300	Francês (SEC)	Júlia Batista
		330	Inglês (RA)	Sílvia Caramelo
		330	Inglês (SEC)	Isabel Rodrigues
		350	Espanhol (SEC)	Almerinda Pereira
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	Filomena Pereira	200	História e Geografia de Portugal (RA)	Cristina Ratinho
		290	EMRC (RA e SEC)	Maria de Lurdes Gameiro
		400	História (SEC)	Carlos Godinho
		400	História (RA)	Cristina Ferreira
		410	Filosofia (SEC)	Jorge Montenegro
		420	Geografia (RA)	João Magusto
		420	Geografia (SEC)	Filomena Pereira
		430	Economia e Contabilidade (SEC)	Maria Rosa Aranha
MATEMÁTICA e CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS	Isilda Aguincha	230	Ciências Naturais (RA)	Alda Vicente
		230	Matemática (RA)	Filomena Sousa
		500	Matemática (SEC)	Armando Vieira
		500	Matemática (RA)	Ofélia Pereira
		510	Física e Química (SEC)	Lurdes Aparício
		510	Física e Química (RA)	Irene Gorjão
		520	Ciências/Biologia (SEC)	M ^a Lucinda Mendes
		520	Ciências/Biologia (RA)	Ana Dulce Rodrigues
		550	Informática (SEC)	Isilda Aguincha
EXPRESSÕES	Antónia Cardoso	240	Educação Tecnológica (RA)	M ^a José Moreira
		240	Educação Visual (RA)	Fernando Ferreira
		250	Educação Musical (RA)	Ana Cristina Coelho
		260	Educação Física (RA)	Ana Cristina Fanha
		530	Educação Tecnológica (SEC)	Manuela Gonçalves
		600	Educação Visual (SEC)	Acácio Horta da Luz
		600	Educação Visual (RA)	Fernanda Santana
		620	Educação Física (SEC)	Luís Júlio
		620	Educação Física (RA)	Carlos Timóteo
		910	Domínio Cognitivo	Isabel Campaniço – Coordenadora EEspecial/EMAEI Manuela Freitas – Subcoordenadora
		930	Domínio Visual	Isabel Delgado

3.4. Coordenação de Ciclo

No Agrupamento existem quatro Coordenadores de ciclo: 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo, Ensino Secundário e um Coordenador dos Cursos Profissionais, que coordenam os Diretores de Turma destes tipos de ensino.

Cada Conselho de Ciclo integra todos os Professores Titulares de Turma/Diretores de Turma do Ciclo sendo presidido pelo respetivo Coordenador.

Para assegurar a articulação entre as atividades desenvolvidas pelos seus membros e as realizadas por cada Departamento Curricular, os Coordenadores de Ciclo reúnem com a Diretora do Agrupamento ordinariamente no início do ano letivo, antes das reuniões de avaliação e sempre que se justifique. Estas reuniões presenciais devem ser, sempre que possível, substituídas por contactos estabelecidos por correio eletrónico entre os intervenientes, reduzindo os procedimentos burocráticos, ao mesmo tempo que se procede a uma gestão mais eficaz do tempo.

Nestas reuniões/contactos em rede, aferem-se procedimentos tendo em vista a melhoria da ação educativa e organizam-se ações que estimulem a interdisciplinaridade. Planificam-se, ainda, formas de atuação junto dos Pais/Encarregados de Educação, promovendo e reforçando a interação entre a Escola e a Comunidade.

Ao Conselho de Coordenação de Ciclo compete propor ações de formação no âmbito da Direção de Turma.

COORDENAÇÃO DE CICLO		
Ciclo	Coordenadora	Grupo de Recrutamento
1º Ciclo	Maria Alice Grossinho	110
2º Ciclo	Maria José Valente	200
3º Ciclo	Carla Filipa Paixão Martins	510
Ensino Secundário Regular	Isabel Graís Martins	520
Ensino Profissional	Rosa Aranha	430

4. EQUIPAS DE TRABALHO

EQUIPA DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES **Alterações, acompanhamento e monitorização (RI, PEA, PPAA)**

Filomena Pereira (PEA)
Lurdes Gameiro (PEA)
Elsa Barreiros (PPAA)
Isilda Aguincha (PPAA)
Coordenadoras de Ciclo (RI)

EQUIPA DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

(Manual de acolhimento PD/PND, Carta do aluno, Procedimento de serviços, Plano Ação EMAEI, Código de Conduta)

Isabel Campaniço (Plano Ação EMAEI)
Teresa Quintino (Manual de Procedimentos Serviços)
Coordenadoras de Departamento (Manual de Acolhimento Pessoal Docente e Não Docente)
Coordenadoras de Ciclo (Carta do Aluno)
Coordenadoras de Ciclo (Código de Conduta no Espaço Escolar)

EQUIPA DO PPAA **Divulgação das Atividades e Elaboração do relatório de execução**

Isilda Aguincha
Elsa Barreiros

EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO/EQAVET

Inês Mendes – Coordenadora da Equipa de Autoavaliação
Elsa Batista – Coordenadora da Equipa EQAVET
Francisco Gil – Equipa restrita de Autoavaliação
Olga Capela – Equipa restrita de Autoavaliação
Luís Júlio – Equipa restrita de Autoavaliação
Luís Filipe Antunes - Equipa restrita de Autoavaliação
Teresa Rodrigues – Equipa restrita EQAVET
Rosa Aranha – Equipa alargada EQAVET
Manuela Gonçalves - Equipa alargada EQAVET
Carolina Dores
Benvinda Garcia
Custódia Lopes
Eugénia Tomás
Idalina Governo
Natalina Reis

Armando Vieira
Maria Amélia Vitorino – Diretora
Teresa Quintino – Coordenadora Técnica
Vítor Isidro – Assistente Operacional
Ana Ramalho – Associação de Pais
Presidente da Associação de Estudantes

EQUIPA DO OBSERVATÓRIO DE QUALIDADE (Levantamento dos dados, tratamento e análise dos resultados)
Carolina Dores
Custódia Lopes
Maria do Carmo Cotovio
Mário Brás
Paulo Farto

EQUIPA DE SUPERVISÃO/INTERVISÃO PEDAGÓGICA DO PAF (Autonomia e Flexibilização Curricular)
Amélia Vitorino – Diretora
Custódia Lopes – Adjunta da Diretora
Antónia Lemos – Coordenadora
Lurdes Gameiro
Dulce Santos
Célia Nunes
Rosa Aranha

EQUIPA DE TRABALHO DE ARTICULAÇÃO
Carolina Dores - Coordenadora do Pré-Escolar
Alice Grossinho – Coordenadora do 1º Ciclo
Maria José Valente – Coordenadora do 2º Ciclo
Carla Paixão – Coordenadora do 3º Ciclo
Isabel Martins – Coordenadora do Ensino Secundário
Rosa Aranha – Coordenadora dos Cursos Profissionais

EQUIPA DINAMIZAÇÃO LABORATORIOS JI Sophia / EB ZVerde / EB António Gedeão / EB Bonito
Célia Farinha – Coordenadora
Carolina Dores
Cristina Antunes
Margarida Cipriano
Helena Grácio

EQUIPA BIBLIOTECA ESCOLAR
EB Zona Verde / EB Bonito / EB António Gedeão

Isabel Gonçalves – Professora Bibliotecária

Olinda Heitor

Amélia Filipe

Fátima Nunes

Filomena Fernandes

EQUIPA BIBLIOTECA ESCOLAR
Ruy D´Andrade

Maria João Silva – Professora Bibliotecária

Maria Luísa Morais Silva

Elizabete Freire

Alexandra Leitão

EQUIPA BIBLIOTECA ESCOLAR
Escola Secundária

Elsa Barreiros – Professora Bibliotecária

Conceição Cotrim

Manuela Cavaleiro

EQUIPAS DE EXAMES NACIONAIS / PROVAS FINAIS / PROVAS DE AFERIÇÃO
Equipa ENES / ENEB / PFEB

Nota: dar horas/retirar da redução ao abrigo artº79 para que os elementos assinalados* possam organizar toda a documentação necessária- legislação/PowerPoint/despachos/vigilâncias/pautas/outros

Zona Norte

Dulce Caldeira – **Coordenadora do Secretariado***

Mª Leonor Luz – **Subcoordenadora do Secretariado ***

Maria Natalina Serrano R. Seródio

Maria Teresa Marques Rodrigues

Maria Manuela Matos Branco Cavaleiro

Maria Margarida Carreira M. Rodrigues

Maria Manuela Crespo Ferreira

Francisco Manuel Vicente Gil

Mário Rui dos Santos Abegão

Álvaro Assunção Rodrigues dos Santos

Albertina Gonçalves (**Coordenador PAEB**) *

Leonor Afonso (**Subcoordenadora PAEB**) *

Leonor Afonso (**Coordenadora ENEB**) *

Albertina Gonçalves (**Subcoordenador ENEB**)

Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha (**Coordenadora ENES**) *

Maria de Lurdes Gameiro (**Subcoordenadora ENES**)

Zona Sul

Fernanda Santana – **Coordenadora do Secretariado***

Fernando Aníbal Ferreira – **Subcoordenador do Secretariado***

Ana Cristina Jesus Almeida Coelho

Joaquim Ferreira

Carlos Alberto Alves Silva

Ofélia Maria Pimenta Pereira

Margarida Cipriano

Cristina Maria Pinheiro de Matos

Bárbara Maria Bento Mineiro Palácio Oliveira*

Lúcia Gonçalves

Helena Graça

Mário Rui Coelho Brás (**Coordenador PAEB**) *

Célia Maria Gonçalves Nunes (**Subcoordenadora PAEB**) *

Mário Rui Coelho Brás (**Coordenador PFEB**)

Mário Brás (**Coordenador ENEB**) *

Ana Paula Charrua Cambóias (**Subcoordenadora ENEB**) *

REPRODUÇÃO DOS ENUNCIADOS DAS PROVAS DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA

Olga Capela

Carla Silva

Filomena Sousa

Cristina Matos

Manuela Freitas

**SECRETARIADO DA ÉPOCA DE RECUPERAÇÃO DE MÓDULOS DE SETEMBRO
(cursos profissionais)**

Rosa Aranha

Manuela Gonçalves

Paula Mendes

**EQUIPAS DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS (ATAS, PAUTAS e TERMOS) DAS REUNIÕES DOS
CONSELHOS DE TURMA****Escola Secundária**

Atas

Olga Capela

Paula Cunha

Gabriela Silva

Fernanda Miguel

Pautas

Leonor Luz

Dulce Caldeira

Emília Bastos

Isabel Rodrigues

Rosa Aranha/Manuela Gonçalves

Escola Dr. Ruy d'Andrade

Atas

Luís Filipe Antunes

Luísa Silva

Maria Luísa Melo

Irene Gorjão

Carlos Silva

Pautas

Lurdes Santos

Eugénia Tomás

Maria José Alvoeiro

Ana Paula Mendes

1º CICLO e PRÉ-ESCOLAR

Custódia Lopes – Pautas

Helena Graça / Bárbara Oliveira / Elisabete Lopes / Amélia Vital – Atas

**EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS PÓS-SECUNDÁRIO:
CURSOS CIENTÍFICO HUMANÍSTICOS**

Teresa Abreu Fernandes

Natalina Reis

**EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS PÓS- SECUNDÁRIO:
CURSOS PROFISSIONAIS**

João Valente

Maria Margarida Marques

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DA DISCIPLINA		
Escola Secundária	Escola Básica do Bonito	Escola Dr. Ruy d'Andrade
Paulo Lopes	Isabel Soares	Paula Mata
Manuela Freitas	Paula Pinto	Ana Catarina Morgado
Joana Cachucho	Ana Catarina Morgado	Margarida Bouça

EQUIPA PROGRAMA INOVAR	
Escola Secundária	Escola Dr. Ruy d'Andrade
Augusto Ramos	Mário Brás

EQUIPA PROGRAMA SIGO
Professores Titulares Turma do 4º ano / Diretores de Turma

EQUIPA DE MATRÍCULAS / RENOVAÇÃO (lançamento dados inovar)
Educadores / Professores Titulares de Turma / Diretores de Turma

EQUIPA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Augusto Ramos – Coordenador
Isilda Aguincha
Manuel Fernandes
Nelson Fernandes
Carla Salgueiro
Leonor Afonso
Albertina Gonçalves
Nuno Luz
Lurdes Gameiro
Mário Brás

EQUIPA MOODLE
Isilda Aguincha / Nelson Fernandes / Augusto Ramos/Mário Brás

EQUIPAS DE DIVULGAÇÃO		
COMUNICAÇÃO EXTERNA		
JORNAL “ENTRELINHAS”	PÁGINA WEB	REDES SOCIAIS
Cristela Marques	Lurdes Gameiro	Margarida Costa
Maria José Ventura		Paula Mata
Acácio Luz		José Paulo
José Paulo		Lurdes Gameiro
		Coordenadoras de Estabelecimento

DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS
José Paulo Lopes

EQUIPA DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO		
SAAD	Avaliadores Internos	Avaliados
Amélia Vitorino		
Carolina Dores		
Alice Grossinho		
Antónia Cardoso		
Isilda Aguincha		

EQUIPA DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (pessoal não docente/pessoal docente)
Carlos Ferreira

EQUIPA DE FORMADORES INTERNOS (com proposta de ação de formação em 2019/2020)
Isabel Delgado – Braille
Odete Marques / Isilda Aguincha – Oficina Moodle – 3h (1º período) Augusto Ramos / Nelson Fernandes
Odete Marques / Isilda Aguincha – Formação Excel – (12h acreditada CF A23 e incluída no Plano de Atividades do CF A23, 1º período) Augusto Ramos / Nelson Fernandes
Odete Marques / Isilda Aguincha / Augusto Ramos – Ambientes Educativos Inovadores – Tecnologias (30h – acreditada pelo CCPFC, incluída no CF A23 e no Plano de Atividades do CF A23, 2º período)
Lurdes Gameiro / Isabel Campaniço - Espetro de Autismo e materiais pedagógicos inovadores
Carlos Ferreira / Zita Neves – Desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares na Cidade Ferroviária (25h – acreditada pelo CCPFC, incluída no CF A23 e no Plano de Atividades do CF A23, 2º período)

EQUIPA DE ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS	
Lurdes Aparício	
Manuel Fernandes	
Augusto Ramos	
Vasco Guedes	
Paula Cambóias	
Fernanda Ferreira	
Célia Nunes	

EQUIPA DE EVENTOS	
ENTREGA DOS DIPLOMAS DE CONCLUSÃO DO SECUNDÁRIO	
Célia Nunes	Isabel Martins
Ana Ramalho	Rosa Aranha
Dulce Dinis	Associação de Pais da ESE

ALMOÇO DE NATAL DO AGRUPAMENTO	
Célia Nunes	
Ana Ramalho	
Dulce Dinis	
Associação de Pais da ESE	

SARDINHADA DO AGRUPAMENTO	
Direção	
Associação de Pais	

EQUIPA DE ORGANIZAÇÃO ATIVIDADES CULTURAIS	
Exposições, Colóquios, Seminários	
Direção	
Álvaro Santos	
Associação de Pais	

PRÉMIOS DE MÉRITO
Alice Grossinho
Maria José Valente
Carla Paixão
Isabel Martins
Célia Nunes
Dulce Dinis
José Paulo
Acácio Luz
Presidente da Associação de Estudantes
Presidentes das Associações de Pais

TALENTOS NO AGRUPAMENTO E EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS
Ana Margarida Costa – Coordenadora
Maria José Moreira
Mónica Sá Pires
Helena Grácio
José Paulo
Olga Afonso
Carla Gouveia
Coordenadores de Estabelecimento
Presidente da Associação de Estudantes
Presidentes das Associações de Pais

5. ATIVIDADES DE COMPLEMENTO DO CURRÍCULO

Os clubes, os projetos e as atividades de enriquecimento curricular promovem o desenvolvimento de competências cognitivas, sócio afetivas e comportamentais dos alunos, proporcionando-lhes protagonismo e assunção de responsabilidades, quer na organização, quer na execução das atividades, no âmbito da educação ambiental e sociocultural, da educação para a saúde, da cidadania, do empreendedorismo assim como no desenvolvimento de diversas literacias. Estimulam, ainda, o gosto pela Escola e dão resposta às suas necessidades, motivações e interesses. Pretende-se que estas facilitem a articulação vertical de competências e saberes entre os diversos ciclos do ensino básico e secundário, com início na Educação Pré-escolar.

Para além das atividades de enriquecimento do currículo, dirigidas especificamente ao 1º Ciclo de escolaridade, irão funcionar, em diferentes estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas, clubes/projetos que visam a articulação curricular, a inclusão, a motivação para a ciência, criando inquietude e promovendo a curiosidade, o desenvolvimento do aluno enquanto pessoa e cidadão, e o desenvolvimento da comunidade onde o Agrupamento se insere.

CLUBES E PROJETOS		
Âmbito	Projetos	Equipa
Agrupamento	Ciência Viva – Meteorologia	Antónia Silva – Coordenadora
		Manuela Crespo
	Clube de Artes	Álvaro Santos – Coordenador
		Acácio Luz
	Clube de Exposições e de Colecionismo	Acácio Luz – Coordenador
	Entrelinhas: Rádio, Televisão e Jornalismo	José Paulo Costa – Coordenador
		Elsa Barreiros (ESE)
		Maria João Silva (RA)
		Coordenadoras de Estabelecimento
		Cristela Marques
		Maria José Ventura
		Martinho Branco
		Acácio Luz
	Clube Programação e Robótica	Manuel Fernandes – Coordenador
		Nelson Fernandes
	Entronc@r o Futuro (Sala do Futuro)	Isilda Aguincha – Coordenadora
		Alexandra Leitão
		Marta Azevedo
		Coordenadoras de Estabelecimento
		Isabel Campaniço

Âmbito	Projetos	Equipa
Agrupamento	Inclúsica – Clube de Guitarra	José Paulo Costa
	Toques e Batuques	Ana Cristina Coelho – Coordenadora
	Projeto Museu: Do Brinquedo Didático à História Local	Maria José Bento – Coordenadora
	Clube de Ciência em Movimento	Lucinda Mendes – Coordenadora
	Clube “Crescer Com Arte” (2º e 3ºciclo)	Carla Gouveia – Coordenadora
		Maria José Moreira
		Sílvia Cabedal
		Fernando Ferreira
		Olga Afonso
	Já sei ler (ISEC) 2ºano	Alice Grossinho – Coordenadora
	Rimar a Brincar (ISEC) – Pré-Escolar 5 anos	Carolina Dores – Coordenadora
	Projeto de Educação Física nos Jardins de Infância	Carolina Dores – Coordenadora
	Normas...Tendências... Habilidades	Carolina Dores – Coordenadora
	Incluir para não sair (Alunos do 5º ano)	Ana Margarida Costa – Coordenadora
		Paula Mata – Coordenadora EB23
		Mª José Valente – Coordenadora 2º Ciclo
		Filomena Pereira
		Lurdes Gameiro
		Ofélia Pereira
	Cuidar do Espaço	Coordenadoras Estabelecimento
		Subdiretor – Paulo Lopes
		Lucinda Mendes
		Filomena Sousa
	Cuidar de Nós e do Outro	Antónia Cardoso - Educação Especial
		Joana Cachucho
		Margarida Bouça
	Clube Solidariedade e Voluntariado	Lurdes Gameiro – Coordenadora
		Mª José Alvoeiro - EB23
		Carolina Dores – Pré-Escolar
		Helena Grácio - 1ºCiclo
	Clube Direitos Humanos	Lurdes Gameiro – Coordenadora
		Adriano Cordeiro
		Filomena Pereira
		Leonor Cordeiro
		Sílvia Caramelo Lopes
	Projeto Animação Sociocultural: Cidadania em Ação	Cidália Fontes – Coordenadora 3º ano
	Projeto “Crescer na Cidade”	Equipa Multidisciplinar – Coordenador Subdiretor Paulo Lopes
	Projeto IDEA – Ginásio IDEA	Joana Cachucho – Coordenadora
	Clube de Filosofia	Jorge Montenegro

Âmbito	Projeto		Equipa
Nacional	Olimpíadas da Geografia		Antónia Silva (11º)
			Filomena Pereira (12º)
	Olimpíadas da Economia		João Valente
	Olimpíadas da Matemática		Carla Silva - Coordenadora
			Anabela Cavalheiro
	Projeto Desporto Escolar	Coordenador	Vasco Guedes (ESE)
		Subcoordenador	Catarina Granata (RA)
		Atletismo	Ana Cristina Fanha (RA)
			Mário Abegão (ESE)
		Badminton	Rodrigo Peres (RA)
		Boccia	Olga Santos (RA)
		Futsal	Ana Fonseca (RA)
			Vítor Serra (ESE)
		Multi-atividades Ar Livre	João Paulo Feijó (ESE)
		Natação	Maura Ferreira (ESE)
		Orientação	Mª Leonor Luz (ESE)
		Ténis	Carlos Timóteo (RA)
		Ténis de mesa	Vasco Guedes (ESE)
		Tiro com arco	Luís Stattmiller (RA)
	Eco-Agrupamento	Eco-Escolas 1ºCiclo / Pré-escolar	Cristina Gaspar
			Helena Graça
			Helena Grácio
			Margarida Cipriano
			Carolina Dores
			Teresa Lopes
			Fernanda Oliveira
		Eco-Escola Ruy D'Andrade	Filomena Sousa - Subcoordenadora
			Sílvia Cabedal
		Eco-Escola Escola Secundária	Lucinda Mendes - Coordenadora
			Cristela Marques
	Educação para a Saúde	Equipa do PES	Adelina Noro - Coordenadora
			Filipa Timóteo - Subcoordenadora
			Maria Lúcia Gonçalves
			Lucinda Mendes
			Fernanda Santana
	Plano Nacional de Cinema		Mª João Caetano - Coordenadora
			José Paulo
			Carlos Silva
			Manuela Crespo
			Antónia Silva
			João Magusto
			Elsa Barreiros

Âmbito	Projeto		Equipa
Nacional	NERSANT		
	Parlamento dos Jovens	Ensino Básico – Ruy D’Andrade	Ana Mota Campos
		Ensino Básico – Secundária	Elsa Barreiros
		Ensino Secundário	Maria João Caetano
	Projeto Ilídio Pinho	Ciência na Escola	João Valente
			Marta Azevedo
	Projeto Justiça para Tod@s	Julgamento de Casos	Lucinda Mendes
			Lurdes Gameiro – Coordenadora
	Projeto Seguranet / Dadus	Seguranet – Ruy D’Andrade	Filomena Pereira
			Albertina Gonçalves
			Carla Salgueiro – Coordenadora
Internacional	OSOS		Célia Nunes
			Marta Azevedo – Coordenadora
	European School Net	BLOOM	Marta Azevedo
		STEM SCHOOL LABEL	Marta Azevedo
	Projeto TED-ed		Marta Azevedo
	ERASMUS + KA229-060923_I - Bullying: NOT in my school Agrupamento – Coordenador do Projeto	“Bullying: NOT in my school”	Lurdes Gameiro – Coordenadora
			Adriano Cordeiro
			Filomena Pereira
			Leonor Cordeiro
	ERASMUS + KA229-064153_3 - Compartamos nuestros proyectos de investigación com Europa?	Divulgação Científica	Sílvia Caramelo Lopes
			Marta Azevedo – Coordenadora
			Sónia Marques
			José Paulo Costa
	Plataforma eTwinning (Earthshake)	Colaboração de Práticas de Projetos Comuns	Cristela Marques
			Anabela Cavalheiro – Coordenadora

6. CALENDÁRIO ESCOLAR E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

No Despacho n.º 5754-A/2019 – Diário da República n.º 115/2019, 1º Suplemento, Série II de 2019-06-18 é definido o calendário escolar para o ano letivo 2019-2020.

6.1. Pré-escolar

O horário e funcionamento dos Jardins de Infância, é definido na primeira reunião do ano letivo realizada, para o efeito, entre a Diretora do Agrupamento e os Encarregados de Educação, ouvida a Autarquia. As atividades educativas decorrem de 2ª a 6ª feira e têm a duração diária de cinco horas.

Todos os Jardins de Infância oferecem componente de AAAF, nomeadamente serviço de refeições e prolongamento de horário. O horário de funcionamento da componente socioeducativa é definido pela Diretora do Agrupamento, depois de ouvidos todos os parceiros, na 1ª reunião, realizada no início do ano letivo, e decorre das 8h às 8h 45m, das 12h às 13h30 e das 15h30 às 18h30m.

6.2. Ciclo do ensino básico

As Atividades letivas decorrem de 2ª a 6ª feira no período compreendido entre as 9h e as 17h 30m, estando previsto um intervalo de 30m no período da manhã e um intervalo de 30m no período da tarde, compreendido entre as 15h30 e as 16h.

6.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Na Escola Dr. Ruy d'Andrade e na Escola Secundária as aulas têm início às 8:15h e terminam às 18:35h.

7. CULTURA DE AGRUPAMENTO

Tem sido uma preocupação da Diretora o desenvolvimento de uma cultura de Agrupamento consubstanciada na formação de grupos de trabalho, constituídos por professores de diferentes níveis de ensino e dos diferentes estabelecimentos, assim como na uniformização de documentos pedagógicos que sirvam de suporte às práticas docentes. Pretende-se desta forma que, independentemente do estabelecimento de ensino, as metodologias de trabalho, os procedimentos e o ideário que sustenta o Projeto Educativo sejam seguidos por todos. Para o efeito, tem-se vindo a reforçar a dinâmica do trabalho cooperativo, reservando nos horários dos professores do mesmo grupo de recrutamento, um tempo comum destinado à construção e partilha de materiais pedagógicos, à reflexão sobre metodologias de trabalho, à análise dos resultados escolares e à redefinição de novas estratégias, sempre que se considere necessário. Paralelamente, instituiu-se o uso de documentos-modelo, acessíveis a todos os docentes na plataforma *Moodle*, na disciplina Placard/Recursos e/ou no Programa Inovar. Assim sendo, sempre que um qualquer docente necessite de utilizar um documento pedagógico (exemplo: rosto de atas, cabeçalhos de testes, matrizes, plano de turma, etc..) deve assegurar-se de que o mesmo já se encontra disponibilizado neste espaço e, como tal, proceder à sua importação a partir do mesmo.

Numa mesma lógica de cultura de Agrupamento deverão os docentes conhecer as normas e os procedimentos inscritos no Regulamento Interno, sobretudo no que concerne a *direitos* e *deveres*, de alunos e professores, a fim de serem evitadas disparidades na forma de atuação e nas orientações dadas aos alunos. É fundamental que a comunidade escolar se oriente por um código de conduta, conhecido e interiorizado por todos.

8. NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS

Na elaboração dos horários semanais de cada turma, deve ter-se em consideração as seguintes normas:

- Deve procurar-se uma distribuição equilibrada das cargas horárias, tendo em consideração o carácter específico de cada disciplina, evitando-se, tanto quanto possível, a marcação de tempos em dias consecutivos;
- Nas disciplinas sujeitas a exame nacional deverá, sempre que possível, ser evitada a marcação de aulas no período da tarde;
- Não deverão ocorrer tempos desocupados (furos) em cada um dos turnos, manhã ou tarde, nem tempos letivos de 45 minutos isolados, excetuando situações de reduzido número de alunos na disciplina;
- A carga horária deve ser distribuída de modo a não ultrapassar, por dia, 8 tempos letivos;
- A distribuição dos tempos letivos deve assegurar a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia;
- A divisão de uma turma em turnos implica que seja sempre acautelada a não existência de tempos desocupados nos horários dos alunos. Se, excecionalmente, os dois turnos forem marcados em dias diferentes, não deve ocorrer nenhuma aula comum a toda a turma entre esses dois turnos;
- A não frequência de uma disciplina pela totalidade dos alunos de uma turma implica que seja evitado que os alunos, que não estejam matriculados na referida disciplina, fiquem com esse tempo letivo desocupado;
- Os horários das turmas do 2º, 3º Ciclos e Secundário têm, preferencialmente, as tardes de 4ª e 6ª feira livres;
- As aulas de Educação Física só podem iniciar-se uma hora depois de findo o período que a escola definiu para o almoço;
- As aulas de carácter prático (Educação Tecnológica, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Visual e Educação Física) devem desenvolver-se, preferencialmente e sempre que possível, no período da tarde, permitindo que as aulas teóricas e as disciplinas sujeitas a exame tenham lugar no período da manhã;
- As aulas de carácter prático não devem concentrar-se num mesmo dia;
- Na atribuição dos tempos das disciplinas cuja carga curricular se distribui por menos de três dias

da semana deve evitar-se, tanto quanto possível, a marcação de tempos em dias consecutivos;

- A alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausências de docentes exige a concordância expressa dos encarregados de educação, sendo depois solicitada à Diretora; terá de manter-se sempre a carga horária semanal das disciplinas;
- Manter os horários de funcionamento da Educação Pré-escolar e do 1º CEB;
- Nenhum aluno pode ser privado da componente letiva, sem autorização expressa do respetivo Encarregado de Educação e da Diretora;
- Os Apoios não contam para a contabilização dos 8 tempos diários para a turma.

9. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

A distribuição do serviço docente é da responsabilidade da Diretora, ouvidos os grupos de recrutamento, tendo em conta a defesa da qualidade do ensino e os legítimos interesses dos alunos.

A graduação do professor não pode, por si só, ser critério preferencial para a distribuição de níveis, devendo ser respeitada, sempre que possível, a continuidade pedagógica. O Diretor de Turma deve, igualmente, e sempre que possível, manter o cargo ao longo do ciclo de escolaridade.

A classificação obtida na Avaliação do Desempenho Docente será um dos fatores a ter em conta na distribuição de serviço: aos professores cujo mérito foi reconhecido nas dimensões científica e pedagógica (Excelente e Muito Bom) será preferencialmente atribuída uma turma onde se registe uma necessidade de intervenção específica e diferenciada do ponto de vista científico e pedagógico.

Na organização e distribuição do serviço docente, no final do ano letivo, deverá ser formado um grupo de trabalho constituído pela Coordenadora da Educação Especial e Subcoordenadoras (ou outros elementos que se considerem pertinentes) que procede à distribuição de serviço dos professores de Educação Especial, sobre a orientação da Diretora.

Os docentes podem, independentemente do grupo de recrutamento pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferentes ciclos ou nível de ensino, desde que titulares da adequada formação científica e certificação de idoneidade nos casos em que esta seja requerida.

O tempo remanescente que resulte da distribuição de serviço letivo, decorrente do tempo letivo adotado é preenchido com atividades letivas. Estas atividades devem privilegiar o acompanhamento ao desenvolvimento do trabalho de projeto que dê resposta ao DAC e a atividades de promoção do sucesso educativo.

9.1. Pré-Escolar e 1º Ciclo

Se houver redução de grupos/turmas num Estabelecimento do Agrupamento, dá-se preferência ao docente com maior graduação desse Estabelecimento.

No decorrer de um ciclo concursal, ao docente que perde grupo/turma atribui-se o grupo/turma criado, preferencialmente, no mesmo Estabelecimento de Educação e Ensino.

Ao docente de Quadro de Agrupamento (QA) a quem foi atribuído grupo/ turma e ao qual foi distribuído outro serviço que obrigou à dispensa do mesmo, tem preferência por assumir o seu grupo/turma no regresso.

Compete à Diretora distribuir os docentes pelos estabelecimentos de ensino, no Pré-escolar e 1º Ciclo, tendo em conta a valorização das competências dos docentes, a especificidade dos

estabelecimentos de ensino e das turmas.

Compete à Diretora homologar as eventuais propostas de permuta de docentes entre grupos/turmas.

9.2. 2º e 3º Ciclos e Secundário

A proposta de distribuição de níveis é da responsabilidade do grupo de recrutamento e não apenas do professor. Deste modo, o grupo de recrutamento deve registar a sua proposta em impresso próprio para o efeito, em reunião de conselho de grupo, a ser entregue à Diretora dentro dos prazos definidos.

A Diretora pode não atender ao critério da continuidade pedagógica quando o número de tempos da disciplina a lecionar não permita o acerto do horário, ou quando existirem razões que a isso aconselhem.

Na atribuição de disciplinas/níveis/turmas a Diretora deve ter em consideração a formação inicial, a experiência e o mérito profissional dos professores e a especificidade das turmas.

Não deverão ser atribuídos a cada professor mais de três níveis.

Não deverão ser atribuídas a um mesmo professor todas as turmas de uma mesma disciplina/ano.

As disciplinas dos cursos profissionais deverão ser distribuídas equitativamente, sempre que possível, dentro de um mesmo grupo de recrutamento.

Em cada grupo de recrutamento deve ser assegurada a rotatividade na leção dos cursos profissionais.

9.3. Organização do horário semanal do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo e Secundário

A organização semanal, do horário dos docentes, deve ter em conta o seguinte:

- Deve registar-se, no horário do docente, a totalidade de tempos correspondentes à duração da respetiva prestação de trabalho, com exceção dos tempos destinados ao trabalho individual e à participação em reuniões;
- A componente letiva, a constar no horário semanal de cada docente é de 25h semanais para a educação pré-escolar e 1º Ciclo;
- A componente letiva, dos docentes (sem redução da componente letiva ao abrigo do art.º 79º do ECD) dos restantes níveis de ensino, incluindo os grupos de recrutamento da educação especial, a constar no horário semanal, deve ser de 22 horas semanais (1100 minutos), o que perfaz 24

tempos de 45 minutos;

- A componente letiva de cada docente de carreira tem de estar completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência;
- No horário dos professores não devem ser marcados mais de oito tempos letivos por dia e não devem ter mais de dois turnos por dia, à exceção de reuniões pedagógicas devidamente convocadas;
- A componente não letiva de serviço docente abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho na escola;
- Sempre que possível, deve ser dado a cada docente, um dia por semana sem componente letiva, nunca precedido de tarde livre, nem seguido de manhã livre, de modo a permitir uma melhor organização do trabalho individual e a facilitar as permutas de aulas;
- Um docente sem componente letiva tem uma carga de 35 horas semanais na escola, excetuando-se os docentes ao abrigo do Artigo 79º do ECD;
- A componente não letiva de estabelecimento, de cada docente, será de 3 tempos (150 minutos em todos os níveis de ensino);
- Acresce ao trabalho de estabelecimento dos docentes todos os tempos previstos no artigo 79º do ECD;
- Os tempos do horário docente referido nos pontos anteriores devem assegurar:
 - as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos;
 - a realização das atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência na escola;
 - as atividades atribuídas à manutenção e gestão dos recursos tecnológicos, bem como de programação e desenvolvimento de atividades educativas que os envolvam;
 - as atividades inerentes ao funcionamento das bibliotecas escolares.

9.4. Critérios para a distribuição de assessorias técnico-pedagógicas/apoio à Diretora

Num Agrupamento como o nosso, o maior do Médio Tejo, é de primordial importância que as assessorias/apoio à Diretora sejam preferencialmente atribuídas a docentes do Quadro do Agrupamento que:

- Tenham experiência no exercício do cargo;
- Possuam competências na área de comunicação/tecnologias da comunicação e informação;
- Possuam competências na área administrativa;
- Mantenham uma atitude de permanente disponibilidade para a resolução dos problemas que se lhe apresentem no âmbito das suas competências;
- Tenham horário letivo incompleto.

9.5. Critérios para a distribuição dos cargos pedagógicos – 2º e 3º Ciclo e Secundário

Todo o serviço não letivo, que envolva cargos pedagógicos, será prioritariamente distribuído pelos professores do quadro do Agrupamento, com exceção das Direções de Turma, que poderão ser atribuídas a qualquer docente, tendo em conta o seu perfil para o desempenho do cargo. Tendo em atenção a importância desta função e a modalidade do corpo docente, a Direção de Turma deve ser atribuída a docentes que, preferencialmente:

- Lecionem disciplinas que envolvam a totalidade dos alunos da turma ao longo de todo o ano escolar;
- Sejam professores de carreira e garantam continuidade;
- Tenham experiência da função;
- Demonstrem capacidade de tolerância, bom senso, ponderação e compreensão, associadas a atitudes de firmeza que impliquem respeito mútuo;
- Possuam um espírito metódico e dinâmico, assim como a capacidade de gerir conflitos e de solucionar problemas em tempo útil;
- Mantenham uma atitude de permanente disponibilidade para a resolução dos problemas que se lhe apresentem no âmbito das suas competências.

O crédito horário destina-se, ainda, ao exercício de:

- a) Funções de coordenação educativa e supervisão pedagógica;
- b) Funções de Diretor de Turma;
- c) Funções de assessoria à Diretora;

- d) Atividades atribuídas à manutenção e gestão dos recursos tecnológicos, bem como de programação e desenvolvimento de atividades educativas que os envolvam.

Com exceção das funções de Diretor de Turma, a utilização das horas de crédito horário para o exercício das funções e atividades previstas nas restantes alíneas apenas pode ter lugar quando as horas da componente não letiva se revelem insuficientes.

Para o exercício das funções de Diretor de Turma cada escola gere quatro horas semanais, a repartir entre a componente não letiva e as horas resultantes do crédito horário, garantindo neste um mínimo de duas horas.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, até dois destes tempos podem ser atribuídas a outro docente do Conselho de Turma que seja responsável pelo acompanhamento dos alunos da turma.

9.6. Tempo a atribuir para Cargos de Coordenação

Os tempos a atribuir para cargos de Coordenação são da componente não letiva do trabalho de estabelecimento/art.º 79º do ECD, obedecendo aos seguintes critérios:

Tempos de 45 minutos

Coordenador de Departamento	
Departamento que integre entre 15 e 30 docentes	4 tempos da componente não letiva
Departamento que integre mais de 30 docentes	5 tempos da componente não letiva
Subcoordenador/Representante de Grupo de Recrutamento	
Grupo que integre até 7 docentes	1 tempo da componente não letiva
Grupo que integre mais de 7 docentes	2 tempos da componente não letiva
Coordenador dos Diretores de Turma	4 tempos da componente não letiva
Diretores de turma:	
Ensino Básico e Cursos Profissionais	4 tempos (2 tempos da componente letiva e 2 tempos da componente não letiva)
Responsável de Instalações	1 tempo da componente não letiva

Outros Cargos	
Representante dos Clubes / Projetos no Conselho Pedagógico	3 tempos da componente não letiva
Coordenador de Projeto	2 tempos da componente não letiva
Membros de Clubes / Projetos	1 tempo da componente não letiva
Coordenador da Equipa de Gestão e Manutenção dos Equipamentos Informáticos	3 tempos da componente letiva
Coordenadora de Educação Para a Cidadania de Escola	1 tempo da componente letiva
Diretor de Cursos profissionais	3 tempos da componente não letiva
Coordenador dos Cursos Profissionais	4 tempos da componente não letiva e 1 tempo da componente letiva
Presidente do Conselho Geral	2 tempos da componente não letiva

9.7. Promoção do Sucesso Educativo

As medidas de promoção do sucesso educativo são definidas ao nível do plano de ação estratégica concebido pelo Agrupamento.

- As horas de apoio educativo para os alunos dos três ciclos do ensino básico e do ensino secundário utilizam-se, apenas, com base nas necessidades reais que em cada momento do ano letivo são identificadas.
- Para efeitos do disposto no número anterior deve ser tido em consideração o previsto na alínea m) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD nos casos de apoio educativo individual a alunos com dificuldades de aprendizagem.
- A adoção da medida de coadjuvação em sala de aula deve assentar numa lógica de desenvolvimento da profissionalidade docente (intervisão pedagógica) e numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos.
- A medida referida no ponto anterior pode ser adotada, sempre que entendida como necessária, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, nas componentes do currículo de Educação Artística e de Educação Física.
- O Apoio ao Estudo previsto na matriz curricular do 2.º Ciclo do ensino básico é oferecido com recurso exclusivo às horas da componente não letiva de estabelecimento e do crédito horário.
- A concretização da Oferta Complementar prevista na matriz curricular dos 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico é garantida com recurso exclusivo às horas do crédito horário.
- A Oferta Complementar é destinada à criação de nova (s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, competindo à escola construir os respetivos documentos curriculares, para os 1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico.
- Compete ao Agrupamento, definir e estabelecer os currículos da Oferta de Escola prevista na

matriz curricular dos cursos profissionais, caso esta constitua opção da Escola.

- É disponibilizado às escolas um crédito horário adicional a fim de ser prestado um apoio tutorial específico aos alunos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções, estando em curso este apoio tutorial específico nos 2º e 3º Ciclos.
- Cada professor tutor acompanha um grupo de 10 alunos.
- Para o acompanhamento do grupo de alunos referido no número anterior, são atribuídas ao professor tutor quatro horas semanais, sendo três delas para um trabalho direto com os alunos e a sobrança para resolução de problemas/interação com docentes, não docentes, pais e encarregados de educação e entidades externas
- Os horários das turmas com alunos em situação de apoio tutorial devem prever tempos comuns para a intervenção do professor tutor.

10. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

A constituição de turmas deverá ser ratificada pela Direção do Agrupamento, de acordo com critérios aprovados em Conselho Pedagógico, dando cumprimento ao que se encontra determinado na legislação em vigor.

Na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo da escola e no regulamento interno do estabelecimento de educação e de ensino, competindo à direção aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes.

a. Crítérios de Constituição de Turmas na Educação Pré-Escolar

- 1 Na Educação Pré-escolar os grupos são constituídos por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.
- 2 Os grupos da Educação Pré-escolar são constituídos pelo número mínimo de 20 crianças previsto no número anterior, sempre que em relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração da criança em grupo reduzido, não podendo este incluir mais de duas nestas condições.
- 3 A redução do grupo prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destas crianças no grupo em pelo menos 60 % do tempo curricular.

A constituição de grupo/turma da Educação Pré-Escolar deverá ser ratificada pela Diretora do Agrupamento cumprindo as recomendações do educador do grupo e do Departamento de Educação Especial tendo, ainda, como base os seguintes critérios:

- Manter a constituição do grupo do ano anterior;
- Formar grupos heterogéneos equilibrados, sempre que não seja possível formar grupos homogéneos;
- Atender situações específicas referidas no processo individual das crianças ou por indicação recebida por serviços técnico- pedagógicos;
- Manter o equilíbrio entre o número de rapazes e o número de raparigas.

b. Crítérios de Constituição de Turmas no 1º Ciclo no Ensino Básico

- 1 Com necessidades educativas especiais de carácter permanente que exijam condições de acessibilidade específicas ou respostas diferenciadas no âmbito das modalidades específicas de educação, conforme o previsto nos números 4, 5, 6 e 7 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na sua redação atual ou do diploma sobre educação inclusiva que lhe venha a

sucedem;

- 2 Com necessidades educativas especiais de carácter permanente não abrangidos pelas condições referidas na prioridade anterior e com currículo específico individual, conforme definido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na sua redação atual ou do diploma sobre educação inclusiva que lhe venha a suceder;
- 3 Que no ano letivo anterior tenham frequentado a Educação Pré-escolar ou o ensino básico no mesmo agrupamento de escolas;
- 4 Com irmãos já matriculados no estabelecimento de educação e de ensino;
- 5 Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- 6 Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido; 7.ª Cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino, dando -se prioridade de entre estes aos alunos que no ano letivo anterior tenham frequentado um estabelecimento de educação e de ensino do mesmo agrupamento de escolas;
- 7 Cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino, dando-se prioridade de entre estes aos alunos que no ano letivo anterior tenham frequentado um estabelecimento de educação e de ensino do mesmo agrupamento de escolas;
- 8 Que no ano letivo anterior tenham frequentado a Educação Pré-escolar em instituições particulares de solidariedade social na área de influência do estabelecimento de ensino ou num estabelecimento de educação e de ensino do mesmo agrupamento de escolas, dando preferência aos que residam comprovadamente mais próximo do estabelecimento de educação e de ensino escolhido;
- 9 Cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de ensino;
- 10 Mais velhos, no caso de matrícula, e mais novos, quando se trate de renovação de matrícula, à exceção de alunos em situação de retenção que já iniciaram o ciclo de estudos no estabelecimento de educação e de ensino;
- 11 Que completem os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro, tendo prioridade os alunos mais velhos, sendo que os alunos nestas condições poderão obter vaga até 31 de dezembro do ano correspondente;
- 12 Em casos excecionais, devidamente fundamentados pelo professor e por um técnico

especializado, nomeado pela Diretora, com a concordância do Encarregado de Educação e com a aprovação do Conselho Pedagógico, um aluno retido pode ser integrado numa turma do ano que efetivamente vai frequentar;

- 13 Na formação de turmas de 1º Ano deverão ser tidas em linha de conta as informações das educadoras de infância, através de grelha síntese da turma;
- 14 Não obtendo vaga na primeira opção dos encarregados de educação, os alunos serão ordenados, por ordem decrescente, da idade e distribuídos pelas escolas com vaga, de acordo com as preferências manifestadas;
- 15 As turmas do 1.º e 2º ano de escolaridade são constituídas por 24 alunos e nos demais anos do 1.º Ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos;
- 16 Nas escolas integradas nos territórios educativos de intervenção prioritária as turmas dos 1.º e 2.º anos de escolaridade são constituídas por 24 alunos e nos demais anos do 1.º Ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos;
- 17 As turmas do 1.º Ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino de lugar único, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 18 alunos;
- 18 As turmas do 1.º Ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos;
- 19 As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico -pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições;
- 20 A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

A constituição de turmas no 1º Ciclo deverá ser ratificada pela Diretora do Agrupamento cumprindo as recomendações do educador/professor e do Departamento de Educação Especial tendo ainda como base os seguintes critérios:

- Manter a constituição do grupo do ano anterior, sempre que possível/desejável;
- Formar grupos heterogéneos equilibrados, sempre que não seja possível formar grupos homogéneos;
- Atender situações específicas referidas no processo das crianças ou por indicação recebida por serviços técnicos;
- Manter o equilíbrio entre o número de rapazes e o número de raparigas.

c. *Crêterios de Elaboração das Turmas 2  Ciclo*

- 1 — As turmas do 5.  ano e 6.  ano de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos.
- 2 — Nas escolas integradas nos territórios educativos de intervenção prioritária as turmas do 5.  ano de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos.
- 3 — As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e   inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.
- 4 — A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

Para a constituição de turmas no 5  ano, deve atender-se às indicações pedagógicas fornecidas pelo professor do 1  Ciclo (Parecer do Professor Titular de Turma) e/ou Psicóloga sobre os alunos do 4  Ano.

A constituição de turmas no 2  Ciclo deverá ser ratificada pela Diretora do Agrupamento cumprindo as recomendações do professor e do Departamento de Educação Especial tendo ainda como base os seguintes cr terios:

- Dar continuidade ao grupo turma, sempre que possível/desejável;
- Manter os alunos com NEE no respetivo grupo turma;
- Distribuir uniformemente os alunos repetentes por todas as turmas;
- Só se mant m os grupos turmas se for possível aritmeticamente cumprir a lei;
- A não ser verificado o ponto anterior será decomposta a menor turma ou a que tiver indicação pedagógica do professor titular de turma/Conselho de Turma;
- Se se verificar a necessidade de reduzir o número de alunos na turma, sairão os alunos mais velhos.

d. *Crêterios de Elaboração das Turmas 3  Ciclo*

- 1 As turmas do 7  e 8  anos ano de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos.
- 2 As turmas do 9.  ano de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos.
- 3 Nos 7.  e 8.  anos de escolaridade o número mínimo para a abertura de uma disciplina de opção

do conjunto das disciplinas que integram as de oferta de escola é de 20 alunos.

- 4 As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.
- 5 A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

A constituição de turmas no 3º Ciclo deverá ser ratificada pela Diretora do Agrupamento cumprindo as recomendações do Diretor de Turma e do Departamento de Educação Especial tendo ainda como base os seguintes critérios:

- Manter os alunos com NEE no respetivo grupo turma;
- Distribuir uniformemente os alunos repetentes por todas as turmas;
- Organizar as turmas pela língua estrangeira;
- Só se mantêm os grupos turmas restantes se for possível aritmeticamente cumprir a lei;
- A não ser verificado o ponto anterior será decomposta a menor turma;
- Se se verificar a necessidade de reduzir o número de alunos na turma, sairão os alunos mais velhos.

e. Critérios de Elaboração das Turmas do Ensino Secundário

- 1 Organizar as turmas pela opção ou língua estrangeira (maior nº de opções de LE);
- 2 Manter os alunos com NEE no respetivo grupo turma, sempre que possível;
- 3 - Distribuir uniformemente os alunos repetentes por todas as turmas, tanto quanto possível;
- 4 - Só se mantêm os grupos turmas restantes se for possível aritmeticamente cumprir a lei;
- 5 - A não ser verificado o ponto anterior será decomposta a menor turma;
- 6 - Se se verificar a necessidade de reduzir o número de alunos na turma, sairão os alunos mais velhos.

f. Critérios de Elaboração das Turmas no Agrupamento de Escolas

No caso de a procura ser superior à oferta de cada um dos estabelecimentos do Agrupamento, e no cumprimento das prioridades legalmente estabelecidas, a seleção dos alunos será feita atendendo aos seguintes critérios:

1 Dar preferência aos alunos do Agrupamento no respeito pela continuidade pedagógica;

2 Calcular a distância da residência ao estabelecimento escolhido, considerando o percurso pedonal mais curto, utilizando as vias de circulação, entre a soleira da porta do edifício da morada indicada e o portão de entrada na escola, diariamente utilizado.

A ferramenta de trabalho a utilizar na medição dessas distâncias será o *Google Maps*, recorrendo sempre à mesma atualização.

11. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

a. Oferta formativa

O Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento tem, na sua oferta educativa, turmas do Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, incluindo Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais no Ensino Secundário.

No Ensino Secundário, a oferta de Cursos Científico-Humanísticos abrange as áreas de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais. No âmbito do Ensino Profissional funcionam cursos predominantemente orientados para as necessidades do mundo laboral, local e regional, dando resposta às especificidades dos alunos. Os cursos profissionais são propostos pela Diretora, em cada ano (ouvido o Conselho Pedagógico), aos serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência, para aprovação. Funcionam, com a devida autorização, os seguintes cursos: Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Comércio, Técnico de Apoio Psicossocial e Técnico de Desporto.

O Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento tem por referência a inclusão de todos os alunos, através de criação de ofertas formativas diferenciadas capazes de dar resposta às necessidades dos alunos, do ensino básico e secundário incluindo os alunos com Programa Educativo Individual.

b. Matriz Curricular do 1º Ciclo

1º e 2º anos		Horas
Português	Desenvolvimento TIC (f)	6,5
Matemática		6,5
Estudo do Meio		2,5
Expressões Artísticas (Artes Visuais, Expressão Dramática/teatro, Dança e Música) (c)		4,5
Educação Física (c)		2,5
Apoio ao Estudo (d)		
Oferta Complementar (e)		-
Inglês		
Total (g)		
Educação Moral e Religiosa (h)		

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho

a) Este ciclo de ensino integra, nos quatro anos de escolaridade, a oferta obrigatória de Atividades de Enriquecimento Curricular, de frequência facultativa, com uma carga horária semanal de cinco horas, a

desenvolver no ensino básico, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

- b) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- c) É dada a possibilidade à escola de prever coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, sempre que adequado, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
- d) O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.
- e) A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.
- f) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.
- g) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.
- h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.
- i) Manter-se-á a Coadjuvação e a constituição de Grupos de Homogeneidade Relativa (2º ano de escolaridade)

3º e 4º anos	Horas
Português	7
Matemática	7
Estudo do Meio	3
Expressões Artísticas e Físico-Motoras *	3
Apoio ao Estudo (d)	2,5
Oferta Complementar (e)	
Inglês	2
<i>Total (g)</i>	
<i>Educação Moral e Religiosa (h)</i>	

*2 horas de Expressão Plástica + 1 hora de Expressão Físico Motora lecionada pelo Professor Titular de Turma.

O tempo destinado ao Apoio ao Estudo poderá recair no reforço do Português e da Matemática, de acordo com as necessidades das turmas.

Oferta Complementar: É entendida como uma disciplina eminentemente prática assente no saber e no saber fazer, a ser lecionada no 1º Ciclo, *sempre que possível*, pelo Professor Titular de Turma podendo, para o efeito, ser estabelecidas parcerias com entidades externas, nomeadamente a NERSANT, a TAGUSVALLEY e outras empresas locais tendo em vista o desenvolvimento de projetos diretamente relacionados com as temáticas tratadas na referida disciplina.

No 3º ano será abordada a Educação Financeira.

No 4º ano será abordada a Educação para o Empreendedorismo.

AEC's: O Plano de implementação das AEC's foi apresentado e aprovado em Conselho Pedagógico e submetido à aprovação do Conselho Geral, sendo a Câmara Municipal a entidade promotora das mesmas.

c. Matriz Curricular do 2º Ciclo

DISCIPLINAS	DL 55/2018	
	5º	6º
Línguas e Estudos Sociais	525 (F60)	525 (F15)
Português	6	5
Inglês	3	3
História e Geografia de Portugal	3	3
Cidadania e Desenvolvimento	1	1
Matemática e Ciências	350 (F10)	350 (F55)
Matemática	5	6
Ciências Naturais	3	3
Educação Artística e Tecnológica	325 (S55)	325 (S55)
Educação Visual	2	2
Educação Tecnológica	2	1
Educação Musical	1	2
Tecnologias de Informação e Comunicação	1	1
Educação Física	150 (S15)	150 (S15)
	3	3
Educação Moral e Religiosa (c)		
	1	1
TOTAL DL Nº55/2018	1350	1350
TOTAL AGRUPAMENTO s/ EMR	1350	1350
Oferta Complementar		
Apoio ao Estudo (e)		
Complemento à Educação Artística (f)		

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º
- (c) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
- (d) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).
- (e) Componente de apoio às aprendizagens cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência.
- (f) Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística, ao longo do ciclo, cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis, através da utilização do conjunto de horas de crédito.

d. Matriz Curricular do 3º Ciclo

DISCIPLINAS	DL 55/2018	
	7º	8º
Português	200 (S20)	200 (F25)
Línguas Estrangeiras	4	5
Inglês	250 (F20)	250 (S70)
Língua Estrangeira II	3	2
	3	2
Ciências Sociais e Humanas	275 (S5)	225 (F45)
História	2	3
Geografia	3	2
Cidadania e Desenvolvimento	1	1
Matemática	200 (S20)	200 (F25)
	4	5
Ciências Físico-Naturais	250 (F20)	300 (S30)
Ciências Naturais	3	3
Físico-Química	3	3
Educação Artística e Tecnológica	175 (F5)	175 (F5)
Educação Visual	2	2
Complemento à Educação Artística (c)	1	1
Tecnologias de Informação e Comunicação	1	1
Educação Física	150	150
	3	3
Educação Moral e Religiosa (d)	45	45
Oferta Complementar	(1)	NA
TOTAL MINUTOS DL Nº55/2018	1500	1500
TOTAL AGRUPAMENTO s/ EMR	1485	1485

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral ou semestral, ou outra, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19º.
- (c) Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
- (d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos.
- (e) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. A(s) nova(s) disciplina(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).

NA – não aplicável

(1) - Anual

DISCIPLINAS	9º ano
	X45'
Português	5 (2+2+1)
LE 1 (Inglês)	3 (2+1)
LE2 (Francês ou Espanhol)	2 (1+1)
História	3 (2+1)
Geografia	3 (2+1)
Cidadania e Desenvolvimento	-----
Matemática	5 (2+2+1)
Ciências Naturais	3 (c) (2+1)
Físico – Química	3 (c) (2+1)
Educação Visual	3 (2+1)
Oferta de Escola (Educação Tecnológica/Educação Musical)	—
Tecnologias Informação e Comunicação	—
Educação Física	3 (2+1)
Educação Moral e Religiosa	1 (a) (1)
Oferta Complementar (b)	(1)

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 139/2012

(a) Disciplina de frequência facultativa.

(b) Oferta complementar: área integradora a definir e a retirar da componente. Alguns tempos desta componente serão utilizados na coadjuvação e reforço de disciplinas.

(c) Quando o número de alunos por turma for igual ou superior a 20, haverá desdobramento na aula de 45m.

Será marcado um tempo da componente não letiva de trabalho de estabelecimento aos respetivos Diretores de Turma (para além da redução na componente letiva), para o exercício das funções de tutor e/ou acompanhamento de alunos que revelem dificuldades.

No 2º e 3º Ciclos a lecionação da Oferta Complementar é, sempre que possível, da responsabilidade do Diretor de Turma. Os temas a desenvolver ao longo do ano letivo obedecem a um programa/planificação e decorrem do Projeto Educativo. No 3º Ciclo a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é sempre lecionada pelo professor de Geografia.

e. Matriz Curricular dos cursos científico-humanísticos

SECUNDÁRIO	DL 55/2018	
	10º	11º
Geral:		
Português	180	180
	5	4
Língua Estrangeira I, II ou III (c)	150	150
	4	4
Filosofia	150	150
	4	4
Educação Física	150	150
	3	4
Específica:		
Trienal	250	250
	6	6
Opções (d):	270 ou 315	270 ou 315
Bienal 1	6	6
Bienal 2	6	6
Opções (e)		
Anual 1		
Opções (f)		
Anual 2 (g)		
Educação Moral e Religiosa (h)	1	1
TOTAL MINUTOS DL Nº55/2018	1530 a 1620	1530 a 1620

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de formação.
- (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º
- (c) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.
- (d) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.
- (e) e (f) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções da alínea (e).
- (g) Oferta dependente do projeto educativo da escola — conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.
- (h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
- (i) Em função das opções dos diversos cursos científico -humanísticos.
- (j) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior ao total constante na matriz, ficando ao critério da escola a gestão do tempo sobranante.
- (k) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.

DISCIPLINAS		12º ano
		X45'
Geral	Português	5 (2+2+1)
	Língua Estrangeira I, II ou III (a)	
	Filosofia	
	Educação Física	4 (2+2)
Específica	Trienal	6
	Matemática A	(2+2+2)
	História A	(2+2+2)
	Desenho	(3+3) (b)
	Anual (opções)	4
	Biologia	(2+2) (d)
	Química	(2+2) (d)
	Física	(2+2) (d)
	Geografia C	(2+2)
	Economia C	(2+2)
	Sociologia	(2+2)
	Oficina de Artes	(3+1) (b)
	Oficina de Multimédia	(3+1) (b)
	Psicologia B	(2+2)
	Aplicações Informáticas B	(2+2)
Educação Moral e Religiosa (e)		2

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 139/2012

- (a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua.
- (b) Quando o número de alunos por turma for superior a 20, desdobra numa aula de 3 tempos.
- (c) Quando o número de alunos por turma for superior a 24, desdobra numa aula de 1 tempo.
- (d) Quando o número de alunos por turma for superior a 20, desdobra numa aula de 2 tempos.
- (e) Disciplina de frequência facultativa.

CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	CIÊNCIAS SOCIO ECONÓMICAS
<p>Opções (12º): (escolhe 2 disciplinas, sendo obrigatoriamente uma do 1º conjunto)</p> <p>Biologia Química Física Geologia</p> <p>Psicologia B Aplicações Informáticas B Economia C</p>	<p>Opções (12º): (escolhe 2 disciplinas, sendo obrigatoriamente uma do 1º conjunto)</p> <p>Geografia C Economia C Sociologia</p> <p>Direito Aplicações Informáticas B</p>

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 139/2012

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 139/2012

LÍNGUAS E HUMANIDADES	ARTES VISUAIS
<p>Opções (12º): (escolhe 2 disciplinas, sendo obrigatoriamente uma do 1º conjunto)</p> <p>Sociologia Geografia C Psicologia B Filosofia A Língua Estrangeira I, II, III Direito</p> <p>Aplicações Informáticas B</p>	<p>Opções (12º): (escolhe 2 disciplinas, sendo obrigatoriamente uma do 1º conjunto)</p> <p>Oficina de Artes Oficina Multimédia B Psicologia B</p> <p>Aplicações Informáticas B</p>

f. Matriz Curricular dos Cursos Profissionais

Componentes de Formação		Carga Horária Ciclos de formação (horas) (a)		
Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento (f)	320	
	Língua Estrangeira I, II, III (b)		220	
	Área de Integração		220	
	Tecnologias de Informação e Comunicação/Oferta de Escola (c)		100	
	Educação Física		140	
Subtotal				1000
Científica	2 a 3 disciplinas (d)			500
Tecnológica:				1100 a 1300
UFCD (e)				600 a 840
Formação em Contexto de Trabalho				
Educação Moral e Religiosa (g)			(g)	
Total (h)			3100 a 3440	

Nota: Matriz ao abrigo do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho

- (a) Carga horária não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga anual de forma a otimizar a gestão modular, a formação em contexto de trabalho e o seu projeto de flexibilidade.
- (b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
- (c) A escola opta pelo desenvolvimento da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação ou por uma Oferta de Escola, de frequência obrigatória, gerindo a carga horária em função da necessidade de reforço das aprendizagens.
- (d) Disciplinas científicas de base a fixar nos referenciais de formação do CNQ, em função das qualificações profissionais a adquirir.
- (e) Unidades de formação de curta duração desenvolvidas de acordo com os respetivos referenciais de formação constantes do CNQ, observando as orientações da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., designadamente nos cursos enquadrados em regime provisório no CNQ, para os quais se mantêm as três a quatro disciplinas definidas nos planos de estudo publicados nas portarias de criação de cada curso, devendo ser aplicados os respetivos programas em vigor.
- (f) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.
- (g) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com uma carga horária anual nunca inferior a 54 horas nos três anos do ciclo de formação.
- (h) A carga horária total da formação varia entre um mínimo de 3100 horas e um máximo de 3440 horas. De modo a não ultrapassar a carga horária máxima do total da formação, deve ajustar -se a carga horária da formação em contexto de trabalho em função da carga horária das UFCD da componente tecnológica.

Componentes de Formação		Total de horas (a)
		(ciclo de formação)
Sociocultural	Português	320
	Língua Estrangeira I, II, III (b)	220
	Área de Integração	220
	Tecnologias de Informação e Comunicação	100
	Educação Física	140
Científica	2 a 3 disciplinas (c)	500
Técnica	3 a 4 disciplinas (d)	1180
	Formação em Contexto de Trabalho (e)	420
Total de horas		3100

Nota: Matriz ao abrigo da Portaria 341/2015, de 9 de outubro

- a) Carga horária não compartimentada pelos 3 anos do ciclo de formação a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga anual de forma a otimizar a gestão modular e a formação em contexto de trabalho.
- b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
- c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.
- d) Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática, estruturantes da qualificação profissional visada.
- e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir e será objeto de regulamentação própria.

11. ARTICULAÇÃO VERTICAL DO CURRÍCULO

A sequencialidade no processo ensino-aprendizagem, protagonizada pelo Agrupamento de Escolas, requer que os professores dos diversos níveis de escolaridade conheçam, quer as intenções dos objetivos de formação dos níveis antecedentes, quer os conteúdos programáticos das áreas disciplinares a que se encontram ligados relativamente aos níveis imediatamente subsequentes. Na passagem do plano curricular de um determinado ciclo ao plano curricular do ciclo seguinte o aluno deverá ter alcançado saberes e competências que lhe garantam a continuidade do sucesso escolar. Daí a importância de um trabalho de articulação curricular entre ciclos, a levar a cabo pelos professores.

Neste contexto são realizadas as seguintes reuniões de articulação:

- dos educadores do último ano do Pré-Escolar em 2018/19, com os professores do 1º ano em 2019/20, onde estão presentes os docentes de Educação Especial, os técnicos da ELICEVNB;
- dos professores do 4º ano em 2018/19 com os Diretores de Turma do 5º ano em 2019/20, onde estão presentes os docentes de Educação Especial e as Psicólogas;
- dos Diretores de Turma do 6º ano em 2018/19 com os Diretores de Turma do 7º ano em 2019/20, onde estão presentes os docentes de Educação Especial e as psicólogas;
- dos Diretores de Turma do 9º ano em 2018/19 com os Diretores de Turma do 10º ano em 2019/2020, onde estão presentes os docentes de educação especial e as Psicólogas.

A articulação vertical assume-se não apenas no pressuposto de que determinado assunto foi ensinado/aprendido, mas terá sempre em conta as reais situações dos alunos que integram o Agrupamento. Pelo facto de os alunos serem acompanhados pela mesma equipa educativa ao longo de vários anos, a escola torna-se “curricularmente inteligente”.

A aposta no desenvolvimento de atividades que exigem a colaboração dos vários níveis de educação (Educação Pré-escolar; 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico) implica a criação de hábitos de trabalho conjuntos que favorecem a construção do Processo Educativo, no cumprimento das metas curriculares, e que promovem a qualidade da aprendizagem dos alunos.

A Articulação Curricular Vertical:

- Consolidação do trabalho cooperativo entre docentes dos vários níveis de escolaridade;
- Sistematização da estrutura de documentos organizadores em todo o Agrupamento, (estrutura do Plano de Turma igual para todos os ciclos do E.B, de modo a facilitar a respetiva articulação);
- Identificação de temáticas comuns e das respetivas situações de aprendizagem;
- Identificação / promoção de atividades que favoreçam a colaboração / interação dos vários

ciclos do Ensino Básico (EB).

Neste contexto o Projeto Educativo do Agrupamento tem como grande finalidade, no âmbito do seu Plano de Ação, promover a formação de grupos de trabalho de articulação curricular vertical e horizontal como suporte de práticas conducentes à sequencialização da aprendizagem dos alunos.

Assim foram constituídos grupos de trabalho que integram docentes dos vários ciclos do Ensino Básico (Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do EB e do Ensino Secundário) e das várias áreas disciplinares. Nestes grupos de trabalho estão também integrados os professores das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo.

Relativamente ao Pré-Escolar e 1º Ciclo há atividades que são desenvolvidas no âmbito da articulação vertical, pelo menos uma vez por período, entre os grupos do Pré-Escolar e os alunos dos 5/6 anos e as salas do 1º ano de escolaridade.

12. PLANO CURRICULAR DE TURMA/PLANO DE TURMA

O Conselho Pedagógico concebeu e disponibilizou um guião/modelo, em suporte informático, para a elaboração do Plano Curricular de Turma/Plano de Turma (PCT/PT). Para além de todos os aspetos que fazem parte do índice/guião do PCT/PT os professores de cada disciplina devem elencar, nesse documento, estratégias de diferenciação pedagógica sempre que o aluno revele dificuldades de acompanhamento do currículo.

Estes planos constituem-se como um conjunto de experiências de aprendizagens e de desenvolvimento de competências proporcionadas aos alunos sempre em articulação com o currículo. A elaboração destes planos é da responsabilidade do Conselho de Turma / Professor Titular de Turma e será o instrumento que adequa o currículo definido para a Escola ao contexto de cada turma. Deverão ser documentos dinâmicos e em atualização permanente, já que das reuniões de Conselho de Turma (entre outras) irão saindo novas informações que levam à sua adequação e reformulação.

O currículo gere-se de acordo com as situações existentes e a diferenciação pedagógica será uma constante, tendo em vista o sucesso do aluno.

O Plano Curricular de Turma/Plano de Turma, em articulação com o Projeto Educativo do Agrupamento, deverá ter em atenção os seguintes aspetos:

- Caracterização do perfil da turma;
- Definição de prioridades curriculares decorrentes da análise da situação da turma, no seu contexto e tendo em atenção o percurso anterior (articulação vertical);
- O estabelecimento consensual dos objetivos que se pretendem alcançar através do conjunto das disciplinas que integram os planos curriculares;
- Priorização das competências gerais e operacionalidade transversal e específica, estabelecendo para as áreas curriculares as metodologias de trabalho a privilegiar e a respetiva avaliação;
- Definição de Metas de Sucesso (inscritas no Projeto Educativo do Agrupamento);
- Gestão das programações curriculares, privilegiando a articulação horizontal;
- Discussão das planificações, com foco nas atividades de diferenciação pedagógica e condições especiais de avaliação;
- Estabelecimento de metodologias de trabalho.

13. MEDIDAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho)

Apoio ao Estudo, apoio educativo, coadjuvação em sala de aula, tutoria, apoio tutorial específico, o desenvolvimento de trabalho autónomo, entre outros, são atividades a desenvolver diretamente com os alunos com o objetivo de promover a apropriação, pelos mesmos, de métodos de estudo, de trabalho e de organização, assim como a aquisição de saberes e o desenvolvimento de competências que favoreçam a sua crescente autonomia e a consequente melhoria dos resultados escolares. Simultaneamente reforça-se o trabalho colaborativo assente em equipas pedagógicas, permutas, intervisão em contexto de sala de aula (entre docentes do Conselho de Turma, entre docentes de diferentes ciclos).

A escola definiu de acordo com o Plano de Ação Estratégica implementar grupos de homogeneidade relativa nos 2º (Português e Matemática).

13.1. Organização / Funcionamento

Todo o processo tem como foco o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, tendo em conta as áreas de competências (Linguagens e textos; informação e comunicação; pensamento crítico e pensamento criativo; raciocínio e resolução de problemas; saber científico, técnico e tecnológico; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e autonomia; bem-estar, saúde e ambiente; sensibilidade estética e artística; consciência e domínio do corpo), os princípios (aprendizagem; inclusão; estabilidade; adaptabilidade e ousadia; coerência e flexibilidade; sustentabilidade; base humanista e saber), e os valores (liberdade; responsabilidade e integridade; cidadania e participação; excelência e exigência; curiosidade, reflexão e inovação), que se desenvolverá com as seguintes técnicas de trabalho e estudo: clarificar; sublinhar; esquematizar; recontar; utilizar dicionários e enciclopédias; tirar apontamentos; resumir; trabalhar a pares; executar fichas autocorretivas; criar métodos de trabalho, estudo e responsabilização; organizar materiais de estudo, recorrer à experimentação, bem como, abordar os conteúdos de cada área do saber, tornando o local como um laboratório de aprendizagem o que permite que esta seja significativa para o aluno.

A ação educativa é entendida como uma ação formativa especializada baseada no ensino que leva à adoção de princípios e estratégias pedagógicas e didáticas que tem como intuito a concretização das aprendizagens. Pretende-se dar resposta aos diferentes estilos de aprendizagem dos alunos para que adquiram as competências previstas no perfil do aluno ao longo da escolaridade obrigatória.

13.2. 1º Ciclo

A implementação da medida de coadjuvação em sala de aula nas componentes do currículo de Educação Artística e de Educação Física no 1º e 2º anos, tendo em conta os recursos disponíveis no Agrupamento.

A gestão do Apoio ao Estudo fica, sempre que possível, a cargo do professor titular da turma e o tempo é o definido no horário semanal da turma.

O Apoio ao estudo tem por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho visando, prioritariamente, o reforço do apoio nas disciplinas de Português e Matemática.

O aluno e o respetivo professor desenvolverão um conjunto de tarefas com o objetivo de desenvolver saberes e competências estabelecidas como prioritárias para o seu sucesso escolar.

13.3. 2º Ciclo

O Apoio ao Estudo desenvolve-se com recurso às horas da componente não letiva de estabelecimento. Traduz-se no desenvolvimento de um trabalho centrado nas necessidades específicas de cada aluno que o frequente, e/ou em função do que for definido no Plano Curricular de Turma/Plano de Turma.

O Apoio ao Estudo assenta numa metodologia de integração das aprendizagens de várias componentes de currículo privilegiando a pesquisa, tratamento e seleção de informação. A integração no Apoio ao Estudo resulta da indicação dos conselhos de turma, de acordo com dificuldades comuns encontradas em alunos de diferentes turmas e perfis de competências a desenvolver, bem como o tempo previsto para a superação das dificuldades.

Para além desta modalidade de apoio está previsto, no horário de alguns professores, o recurso à coadjuvação, nas disciplinas consideradas estruturantes e nas disciplinas aquando do desenvolvimento dos Domínios de Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Recorre-se também à mediação disciplinar, incluída nos horários de todas as turmas do 2º Ciclo e atribuída ao respetivo Diretor de Turma, visando o acompanhamento, mais eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas.

13.4. 3º Ciclo

Com o objetivo de promover o sucesso na escola está previsto, no horário de alguns professores o recurso ao apoio educativo de acordo com as propostas apresentadas pelo Conselho de Turma, o recurso à coadjuvação e ao apoio educativo (realização de trabalhos de casa na Biblioteca, esclarecimento de dúvidas, sistematização de conteúdos específicos e num período temporal previamente determinado).

Recorre-se também à mediação disciplinar, incluída nos horários de todas as turmas do 3º Ciclo e atribuída ao respetivo Diretor de Turma, visando o acompanhamento, mais eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas.

Estas medidas de promoção do sucesso educativo desenvolvem-se de acordo com propostas de

trabalho adaptáveis à turma, e a cada aluno que delas necessite, tendo presente o que for definido no Plano Curricular de Turma/Plano de Turma.

13.5. Ensino Secundário

A coadjuvação será, igualmente, uma medida a implementar no ensino secundário, nas disciplinas de História, Português, Biologia, Artes Visuais e Física e Química e Economia, tendo em vista assegurar a melhoria da qualidade do sucesso. Em todas as disciplinas, os minutos sobrantes dos professores que as lecionam são canalizados para reforço das aprendizagens/preparação para os exames (Gabinete Pró Exame).

13.6. Apoio Educativo / Aulas de Recuperação

O regime de apoio educativo traduz-se na disponibilização, por parte do Agrupamento, de um conjunto de estratégias e atividades de carácter pedagógico e didático, organizadas de forma integrada, para complemento e adequação do processo de ensino e de aprendizagem.

São finalidades do apoio educativo:

- A superação de dificuldades de aprendizagem de carácter temporário;
- A prevenção de exclusão e do abandono escolar;
- A melhoria do sucesso e da qualidade do sucesso educativo.

As situações de apoio devem ser transitórias e criadas com o propósito de prevenir repetências e promover o efetivo sucesso educativo. Perante o insucesso de um aluno, o professor deve concretizar planos e estratégias para colmatar as dificuldades e necessidades diagnosticadas.

Se surgirem situações que não possam ser resolvidas dentro da sala de aula, os professores, tomando em consideração os tempos disponíveis para apoios pedagógicos, devem, em reunião de Conselho de Turma, diagnosticar as principais dificuldades de ordem cognitiva e/ou afetiva que o aluno revela, no sentido de encontrar a melhor solução para cada um dos casos:

- Aulas de recuperação/apoios (para alunos com dificuldades que não podem ser resolvidas em ambiente de sala de aula)
- Alunos com RTP/PEI;
- Alunos que apresentem dificuldades continuadas de aprendizagem.

Visam, ainda, a resolução de um problema concreto, ocasional, transitório por parte do aluno, como por exemplo a preparação para um teste, a resolução de uma ficha de trabalho, a orientação na realização

de trabalho de pesquisa/investigação.

Em termos prioritários, o apoio educativo aplica-se aos alunos que revelem dificuldades intelectuais comprovadas ou carências acentuadas de aprendizagem em qualquer área curricular.

13.7. Apoio ao desenvolvimento das aprendizagens

Destinado a todos os alunos que revelam capacidades excepcionais, devidamente comprovadas, desde que solicitado pelo Encarregado de Educação do aluno, mediante vontade expressa do mesmo.

13.8. Apoio específico a alunos estrangeiros

Os alunos oriundos de outros países deverão beneficiar de aulas de reforço curricular, nas disciplinas em que tal se justifique, de forma a poderem desenvolver competências em défice, de acordo com o definido no currículo nacional e a verem facilitada a sua integração na escola. Este apoio desenvolve-se na biblioteca escolar e/ou coadjuvação em sala de aula.

13.9. Procedimentos

As propostas de apoio ao estudo no 2º Ciclo e apoio educativo no 3º Ciclo são feitas em Conselho de Turma, registadas em ata e na ficha de avaliação, a entregar ao Encarregado de Educação do aluno no final de cada período.

A Diretora operacionaliza os apoios educativos, propostos pelo Conselho de Turma, disponibilizando um professor e um espaço próprio para o apoio, assim como horários adequados à sua implementação.

Só em casos excepcionais, justificados pelos conselhos de turma, deverão ser atribuídos mais de dois apoios por aluno.

O Diretor de Turma dá conhecimento aos pais/Encarregados de Educação das propostas de apoio ao estudo/apoio educativo, carecendo estas da anuência do mesmo.

Os apoios devem ser registados e marcadas faltas aos alunos que não comparecerem.

Os Diretores de Turma fazem o levantamento das faltas que terão obrigatoriamente de ser justificadas em tempo útil. Quando um aluno atingir três faltas injustificadas o Diretor de Turma deve convocar o respetivo Encarregado de Educação para lhe dar conhecimento pessoal da situação. Deve ainda responsabilizar o Encarregado de Educação, informando-o de que deve exercer o seu direito de participação.

De acordo com o Estatuto do Aluno, Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 19.º, no ponto 5, a ultrapassagem do limite de faltas estabelecido no regulamento interno da escola, seis tempos de faltas injustificadas, relativamente às atividades de apoio ou complementares de inscrição ou de frequência facultativa implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.

14. A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Para todos os ciclos de escolaridade o Conselho Pedagógico aprova e atualiza, sempre que necessário, os critérios de avaliação para cada disciplina constante na matriz curricular de cada ano/ciclo de escolaridade dando-os a conhecer a toda a comunidade escolar quer através do Professor Titular de Turma/Diretor de Turma, aos alunos e respetivos Encarregados de Educação, quer através da colocação dos mesmos na plataforma *Moodle* do Agrupamento.

Tendo em consideração o pressuposto na lei e o caráter contínuo e sistemático da avaliação, deverão ser ponderados/considerados os seguintes itens gerais:

- os critérios de avaliação devem ser claros e dados a conhecer ao aluno/Encarregado de Educação;
- a avaliação formativa deve assumir primordial importância no processo de avaliação dos alunos e fornecer, a todos os envolvidos, informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, permitindo controlar o processo;
- os elementos de avaliação devem ser diversificados e estar de acordo com as estratégias utilizadas, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem;
- as aprendizagens de caráter transversal (no âmbito da educação para a cidadania e da valorização da língua portuguesa), ou de natureza instrumental (nomeadamente a utilização das TIC) constituem objeto de avaliação em todas as disciplinas;
- a correção e entrega de qualquer teste ou trabalho será sempre efetuada em tempo útil;
- não deverão ser realizadas provas de avaliação na última semana de aulas de cada período nem mais do que um teste por dia, salvaguardando-se situações de manifesta impossibilidade;
- o processo de avaliação deve, ainda, proporcionar ao aluno momentos de autoavaliação, permitindo-lhe atitudes de reflexão sobre o trabalho desenvolvido. Para o efeito, o aluno deverá, antes da realização do teste seguinte e do final de cada período, estar na posse de todas as informações.
- O Conselho Pedagógico aprovou a escala a utilizar nos instrumentos de avaliação de 0% a 100%, para os 1º, 2º e 3º Ciclos. Para o ensino secundário a avaliação dos instrumentos de avaliação é expressa numa escala quantitativa de 0 a 20 valores, conforme inscrito no Regulamento Interno.
- A avaliação, na Educação Pré-Escolar, assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se essencialmente de um processo contínuo e interpretativo que privilegia os processos mais do que os resultados e procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem de modo a que a mesma tome consciência das suas capacidades e das dificuldades.

- A observação deve ser entendida como ponto de partida para o planeamento e avaliação, servindo de suporte ao processo educativo. Avaliar o processo e os seus efeitos implica tomar consciência da ação para adequar a prática pedagógica às necessidades das crianças e do grupo, tendo como objetivo o seu desenvolvimento. A avaliação será qualitativa e contínua.
- Foi elaborada, pelo Conselho de Docentes do Pré-escolar, uma ficha de Registo e Observação, que será preenchida pela educadora e entregue aos encarregados de educação no final de cada ano. Para as crianças com necessidades específicas de aprendizagem é utilizada a mesma ficha de registo adaptada de acordo com as suas necessidades.

O Conselho Pedagógico aprovou também os **Critérios Gerais de Avaliação**, abaixo mencionados, para todos os ciclos de educação e de ensino: Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Cursos Científico-Humanísticos, Cursos Profissionais.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, regulamentado pela Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (ensino básico), Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto (cursos científico-humanísticos) e Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto (cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação, escolar e profissional), veio estabelecer as matrizes curriculares dos ensinos básico e secundário, as quais são conjugadas com o Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória), Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 julho (Aprendizagens Essenciais do ensino básico), Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto (Aprendizagens Essenciais do ensino secundário), os perfis profissionais e os demais documentos curriculares, de acordo com as opções curriculares tomadas ao nível da consolidação, aprofundamento e enriquecimento das Aprendizagens Essenciais.

O decreto-lei supracitado produz efeitos, de modo faseado, a partir do ano letivo de:

- a) 2018/2019, no que respeita aos 1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos de escolaridade;
- b) 2019/2020, no que respeita aos 2.º, 6.º, 8.º e 11.º anos de escolaridade;
- c) 2020/2021, no que respeita aos 3.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade;
- d) 2021/2022, no que respeita ao 4.º ano de escolaridade.

No âmbito das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, para os alunos abrangidos pela alínea b) do ponto 4 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, os critérios gerais são adaptados em conformidade com o estipulado no relatório técnico-pedagógico e no programa educativo individual que atribui 40% aos Conhecimentos e Capacidades e 60% às Atitudes.

Os critérios gerais de avaliação foram aprovados, por unanimidade no Conselho Pedagógico, sob proposta dos Departamentos Curriculares e são referenciais para todas as áreas disciplinares, sem prejuízo do estabelecimento de critérios específicos de cada disciplina/área disciplinar, assim como dos definidos para os alunos com adequações curriculares significativas.

Os critérios específicos da avaliação das aprendizagens estabelecem os parâmetros ao nível dos domínios da aquisição de conhecimentos, bem como do desenvolvimento de capacidades e atitudes, no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Tendo por base as finalidades definidas no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, a avaliação interna das aprendizagens resulta da recolha de informação nas modalidades formativa e sumativa, através da mobilização de técnicas, instrumentos e procedimentos diversificados e adequados ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, variando em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com as crianças e os alunos. Neste sentido, pretende-se explicitar, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação, na sua dimensão formativa e contínua, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O processo de aprendizagem deve, ainda, proporcionar ao aluno momentos de autoavaliação, permitindo-lhe atitudes de reflexão sobre o trabalho desenvolvido.

AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação dos alunos incide sobre as aprendizagens essenciais para cada disciplina e obedece às orientações curriculares em vigor para as diversas áreas disciplinares/disciplinas em todos os níveis de ensino.

A avaliação deve assentar nas dimensões formativa e sumativa interdependentes e devidamente articuladas com as atividades didáticas desenvolvidas. A avaliação formativa, enquanto principal modalidade de avaliação, integra o processo de ensino aprendizagem e deve proporcionar aos alunos um conhecimento eficaz dos seus desempenhos, fornecendo informações que os auxiliem a identificar as suas dificuldades e potencialidades.

Os trabalhos a desenvolver pelos alunos têm de ser sempre precedidos de um guião/orientações. A avaliação dos trabalhos tem de ser registada e, sempre que se considere pertinente, comunicada ao Encarregado de Educação.

A avaliação interna terá em conta os seguintes domínios: Conhecimentos, Capacidades e Atitudes. Estes domínios são abrangidos por todos os instrumentos de avaliação utilizados, de acordo com a importância atribuída a cada um, ponderados conforme o seguinte quadro:

Nível de Ensino	Conhecimentos e Capacidades	Atitudes
1.º Ciclo	75%	25%
2.º Ciclo	80%	20%
3.º Ciclo	85%	15%
Secundário	95%	5%
Profissional	80%	20%
Alunos com adequações curriculares significativas (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho)	40%	60%

Para o cálculo da classificação final de período devem ser tidos em conta todos os elementos de avaliação obtidos, até ao momento.

A retenção tem carácter de excecionalidade e só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas.

Há lugar à retenção dos alunos a quem tinha sido aplicado o disposto nas alíneas a) e b) do nº 4, do artigo 21º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A avaliação das crianças na Educação Pré-escolar é reflexiva e realizada através da observação, registo e documentação. A partir de uma observação sistémica, tendo por base os modelos e as metodologias utilizadas, são recolhidos episódios significativos através dos apontamentos de apoio à organização do grupo, produções individuais ou coletivas da criança e registos audiovisuais, que documentam o processo e descrevem a aprendizagem, a sua forma de aprender e o progresso de cada criança.

Esta documentação, organizada num portefólio, utiliza um referencial para situar e descrever o que a criança aprendeu e a evolução dessa aprendizagem, baseando-se, desta forma, no processo e tendo um efeito formativo centrada no progresso de cada criança e do grupo.

A avaliação realizada é estruturada e descrita por escrito no final de cada período letivo, dando lugar, no final do ano letivo, a uma síntese global da avaliação realizada.

1.º CICLO

No 1.º Ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa, nos três períodos letivos, expressa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, em cada disciplina, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável. Serão

exceção as componentes de Apoio ao Estudo e de Tecnologias da Informação e Comunicação, tendo em conta a sua natureza transversal e instrumental.

No caso do 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa no 1.º e 2.º períodos pode expressar-se apenas de forma descritiva, conforme Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (Artigo 23.º).

As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos no quadro dos DAC (Domínios de Autonomia Curricular) são consideradas na avaliação das respetivas disciplinas.

Os instrumentos de avaliação serão objeto de informação qualitativa e/ou descritiva. A classificação qualitativa deverá ser uniformizada aplicando a seguinte escala:

1.º Ciclo do Ensino Básico	
Menções	Classificação (%)
Insuficiente	0 a 49
Suficiente	50 a 69
Bom	70 a 89
Muito Bom	90 a 100

2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

A informação resultante da avaliação sumativa interna nos 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico, expressa-se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, sendo acompanhada de uma apreciação descritiva global sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável.

As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos no quadro dos DAC são consideradas na avaliação das respetivas disciplinas.

Os instrumentos de avaliação serão objeto de informação qualitativa e/ou descritiva. A classificação qualitativa deverá ser uniformizada aplicando a seguinte escala:

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico		
Menções	Classificação (%)	Nível
Fraco	0 a 19	1
Insuficiente	20 a 49	2
Suficiente	50 a 69	3
Bom	70 a 89	4
Muito Bom	90 a 100	5

ENSINO SECUNDÁRIO

Ao serviço das aprendizagens, a avaliação assume carácter contínuo e sistemático e fornece, a todos os intervenientes no processo, informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria.

As disciplinas constantes dos planos curriculares são objeto de classificações na escala de 0 a 20 valores, e, sempre que se considere relevante, a classificação é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar.

A componente Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação dos alunos nos projetos desenvolvidos objeto de registo anual no certificado do aluno.

As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos ao nível dos DAC são consideradas na avaliação das respetivas disciplinas.

Os instrumentos de avaliação serão, preferencialmente, objeto de informação quantitativa. No entanto, quando a classificação for quantitativa e/ou qualitativa deverá ser uniformizada aplicando a seguinte escala:

Ensino Secundário (200 pontos correspondem a 20 valores)	
Menções	Classificação (pontos)
Fraco	0 a 44
Insuficiente	45 a 94
Suficiente	95 a 134
Bom	135 a 174
Muito Bom	175 a 200

ENSINO PROFISSIONAL

Tendo por referência o Sistema Nacional de Qualificações, os cursos profissionais constituem uma modalidade de educação, que confere a equivalência ao 12.º ano de escolaridade e ao nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações e correspondente nível do Quadro Europeu de Qualificações. Os cursos profissionais visam, por um lado, o desenvolvimento de um perfil profissional associado à respetiva qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações, e por outro, permitem o prosseguimento de estudos a nível do ensino superior.

A avaliação sumativa expressa-se numa escala de 0 a 20 valores e, sempre que se considere relevante, é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento não é sujeita a avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos objeto de registo anual no certificado do aluno.

As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos ao nível dos DAC são consideradas na avaliação das

respetivas disciplinas, módulos ou da FCT (Formação em Contexto de Trabalho).

Os instrumentos de avaliação serão, preferencialmente, objeto de informação quantitativa. No entanto, quando a classificação for quantitativa e/ou qualitativa deverá ser uniformizada aplicando a seguinte escala

Ensino Profissional (200 pontos correspondem a 20 valores)	
Menções	Classificação (pontos)
Fraco	0 a 44
Insuficiente	45 a 94
Suficiente	95 a 134
Bom	135 a 174
Muito Bom	175 a 200

DIVULGAÇÃO

Os critérios gerais de avaliação serão divulgados na página Web do Agrupamento de Escolas, na página das turmas na plataforma Moodle e estarão disponíveis na reprografia da escola sede.

Os professores darão conhecimento aos alunos dos critérios específicos de avaliação das respetivas disciplinas e anos de escolaridade.

No caso dos alunos com medidas adicionais, a divulgação dos critérios é efetuada nos termos previstos do Decreto-Lei nº 54/2018.

15. EDUCAÇÃO PARA TODOS

De acordo com o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

O referido Decreto-lei identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

Para efeitos de aplicação Decreto de Lei nº 54/2018, de 6 de julho, foi criada a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

Nesta continuidade salienta-se que as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão pretendem garantir a todos os alunos a equidade e a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo, de frequência e de progressão no sistema educativo, independentemente das modalidades e percursos de educação e formação.

As medidas propostas estão enquadradas numa abordagem multinível consubstanciada em medidas universais, seletivas e adicionais. A determinação das mesmas segue procedimentos específicos de tomada de decisão, baseada nos dados ou evidências, com enfoque em dimensões pedagógicas e curriculares, e numa lógica de corresponsabilização dos diferentes intervenientes."

Face ao exposto, no Manual de Apoio à Prática podem encontrar-se orientações claras relativas a algumas das medidas, designadamente, as acomodações curriculares (pág. 77 e 78), que são consideradas medidas universais (respostas educativas que a escola tem para todos os alunos com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens).

A identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão deve ser encaminhada para a EMAEI e faz-se através do (a) Docente Titular de Grupo/Turma /Diretor(a) de Turma que deverá preencher a Ficha - Processo de identificação da necessidade de medidas acompanhada da documentação considerada relevante, que deverá ser entregue nos Serviços Administrativos, dirigido à Diretora do AECE, de acordo com o ponto 2, do artigo 20.º do Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho. O processo de identificação da necessidade de medidas deverá dar entrada às quintas ou sextas-feiras, dentro do horário dos Serviços Administrativos.

O Agrupamento dispõe de duas psicólogas, que atuam em estreita colaboração com os docentes de Educação Especial, assegurando o acompanhamento psicopedagógico dos alunos, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo. A psicóloga Margarida Bouça é elemento permanente da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva. Cabe às psicólogas proporem a organização de atividades de orientação vocacional e escolar ao longo do ano letivo.

16. OCUPAÇÃO PLENA DOS TEMPOS ESCOLARES DOS ALUNOS

A ocupação dos tempos escolares dos alunos contemplará prioritariamente as atividades em sala de aula, através do sistema de permutas e, eventualmente, em alguns casos, a participação em tarefas ligadas aos diversos clubes e projetos que constam do Plano Anual de Atividades.

16.1 - Critérios de seleção de Docentes em caso de Ausência do respectivo Docente

Em caso de ausência do docente titular de turma às atividades programadas, a Diretora providencia a sua substituição nos seguintes termos:

1. Preferencialmente, mediante permuta da atividade letiva programada entre os docentes da mesma turma;
2. Assegura-se a lecionação da aula por um docente com formação adequada, de acordo com o planeamento elaborado pelo professor da turma/disciplina, sendo esta tarefa preferencialmente atribuída a docentes do Quadro cuja componente letiva possa ser completada;
3. Sempre que possível, devem ser desenvolvidas atividades de acompanhamento dos alunos, segundo os seguintes critérios de seleção de docentes:
 - 1) Professor do Conselho de Turma
 - 2) Professor da mesma disciplina
 - 3) Outros professores da bolsa de acompanhamento a alunos

As atividades a desenvolver, deverão, sempre que possível, enquadrar-se nos seguintes âmbitos:

- a) Clubes/Projetos
- b) Atividades de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação
- c) Pesquisa bibliográfica orientada
- d) Atividades desportivas
- e) Biblioteca Escolar/Centro de Recursos
- f) Acompanhamento de alunos em diferentes espaços escolares

No 1º Ciclo do Ensino Básico, as faltas dos docentes titulares de turma, serão asseguradas pelos professores de apoio educativo/professores coadjuvantes ou professores sem turma atribuída.

Estas atividades obedecem ao Plano de aula e são sumariadas.

A falta dos alunos a esta atividade é considerada falta letiva e registrada no respectivo horário, sendo posteriormente registrada pelo Diretor de Turma/ Professor Titular de Turma nos suportes administrativos da turma.

O docente que tencione ausentar-se do serviço deve, sempre que possível, entregar ao órgão de gestão o plano de aula das respectivas turmas para as quais está prevista substituição.

17. SUPERVISÃO/INTERVISÃO PEDAGÓGICA

A grande finalidade da supervisão/intervisão é desenvolver uma prática reflexiva, assente numa análise de procedimentos e estratégias, de autoaprendizagem, com um efetivo trabalho de partilha, cooperação e reflexão sobre as práticas docentes.

A supervisão pedagógica contará com duas formas distintas de operacionalização, sendo uma mais formal que advém do processo de Avaliação de Desempenho Docente (ADD), para os docentes que solicitam aulas observadas, e outra menos formal levada a cabo pelos diferentes professores do mesmo Grupo de recrutamento ou no âmbito dos Conselhos de Docentes/Conselhos de Turma.

Com a supervisão/intervisão pretende-se a melhoria da prática docente.

Numa ótica positiva, pretende-se:

- analisar e interpretar práticas, processos e ações;
- incentivar a (auto)reflexão – na ação e sobre a ação, sobre a educação, o ensino, a profissão, estratégias/meios motivadores e gestores da aprendizagem e seus efeitos;
- a afirmação de professores reflexivos e criativos, que apreciam as suas decisões e as consequências que delas advêm, de modo a desenvolverem saberes e performances cada vez mais competentes no âmbito pedagógico, didático e relacional;
- partilhar e colaborar – mediante o incremento de práticas de colegialidade cada vez mais dialogadas e partilhadas.

Nesta intervenção pedagógica entre pares, o “supervisor” é um elemento do Grupo de recrutamento ou do Conselho de Docentes/Conselho de Turma.

Dando-se continuidade ao Plano de Supervisão, os Conselhos de Grupo de recrutamento, ou o Conselhos de Docentes/Conselhos de Turma devem agendar no início do ano um plano em que todos os elementos possam ser, pelo menos uma vez, supervisores e supervisionados.

Nas horas destinadas ao trabalho cooperativo os docentes deverão partilhar as impressões resultantes da observação das aulas, identificando pontos fortes e aspetos a melhorar. Nas atas de grupo de recrutamento ou nos Conselhos de Docentes/Conselhos de Turma, deverão ficar registadas algumas das reflexões relativas à prática da supervisão/intervisão.

A prática de supervisão conta com a elaboração de um teste diagnóstico comum, por disciplina e ano de escolaridade, com a elaboração, ainda, de um teste comum nas disciplinas sujeitas a prova final de ciclo/exame, visando a aferição interna das aprendizagens dos alunos, com a construção de matrizes de testes e guiões de trabalho de grupo, também comuns, bem como com a construção/partilha de recursos pedagógicos.

A fim de operacionalizar e monitorizar o trabalho desenvolvido, em cada Grupo de recrutamento é elaborado um Plano de Supervisão Pedagógica.

Mantém-se a prática de coadjuvação em sala de aula, assente numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos.

Os Coordenadores e Subcoordenadores de departamento devem sensibilizar os colegas, do Departamento/Grupo de recrutamento que coordenam, para as vantagens inerentes à supervisão pedagógica, quer no desenvolvimento profissional do professor/educador, quer no sucesso dos alunos, para que ela se assuma como uma prática continuada, assente em processos de investigação/ação.

18. GESTÃO DISCIPLINAR

Considerando a necessidade de um clima de aula favorável ao processo do ensino/aprendizagem e o facto de nem sempre o comportamento de alguns alunos ser o mais adequado a tal processo, considerou o Conselho Pedagógico a necessidade de ser definido e aprovado um plano de ação tendente a prevenir a indisciplina, em contexto de sala de aula e nos diferentes espaços escolares, mediante a criação de um conjunto de regras e de grupos de trabalho com diferentes funções e a funcionar em determinados espaços, ao longo do período letivo, a saber:

- Todos os alunos devem entrar ordenadamente e colocar em cima da mesa, somente, os materiais necessários à aula, mantendo os telemóveis desligados e dentro das mochilas. Devem obedecer às indicações do professor, manter a sala limpa e arrumada e sair ordenadamente quando o professor o disser.
- Após entrarem ordenadamente na sala de aula, os alunos dos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos devem aguardar, em silêncio, junto das respetivas cadeiras, que o professor os mande sentar no pressuposto de que, este comportamento seja um marco que separe o tempo de lazer do tempo de aprendizagem.
- Situações graves carecem de um registo de ocorrência disciplinar no INOVAR, para conhecimento do Diretor de Turma e do Encarregado de Educação. O DT deve comunicar à Diretora quando for possuidor de 3 participações disciplinares de um mesmo aluno, na mesma disciplina, ou de 4 participações em disciplinas diferentes.
- Os professores devem registar falta injustificada no INOVAR, sempre que é dada ordem de saída da sala de aula. Ao sair da sala o aluno deverá ser acompanhado por um assistente operacional até à sala de estudo onde realiza a tarefa que o professor determinou. Após o termo do tempo letivo, durante o qual lhe foi dada ordem de saída da sala de aula, o aluno regressará à sala de aula.

1. Sala de Estudo

Este espaço tem uma componente essencialmente formativa e destina-se a alunos a quem foi dada ordem de saída da sala de aula.

O encaminhamento do aluno para a sala de estudo, caso ocorra a primeira situação descrita, deve ser sempre acompanhado da tarefa que estava a ser realizada na sala de aula ou de uma outra que o professor considere relevante. Nesta circunstância o professor destacado na sala de estudo encetará um diálogo com o aluno para que este perceba as consequências negativas do seu comportamento e assumam uma atitude mais responsável no contexto escolar. O aluno deve concretizar neste espaço com a orientação do professor destacado, as tarefas que lhe foram solicitadas.

2. Gabinete de Mediação Disciplinar

Em situações de indisciplina mais grave (situação em que se preveja a aplicação de uma medida disciplinar) o aluno é encaminhado para o Gabinete de Mediação Disciplinar onde será recebido por um docente que com ele dialogará em torno do comportamento indisciplinado, dará conhecimento telefónico, na hora, ao Encarregado de Educação, da ocorrência, e avaliará da pertinência da instrução de procedimento disciplinar dando conhecimento à Diretora das diligências feitas.

3. Equipa Multidisciplinar de Acompanhamento à Gestão Disciplinar

Estão constituídas três equipas de acompanhamento às situações de indisciplina mais grave e recorrente. Estas equipas reúnem, às quartas-feiras, no período da tarde, em três estabelecimentos de ensino: Escola Básica do Bonito, E.B.,2,3 Dr. Ruy d'Andrade e Escola Secundária.

4. Implementação do Contrato de Autonomia

Procedeu-se à contratação de uma Educadora Social, 18 horas, visando a redução do abandono escolar/redução da retenção por excesso de faltas e a melhoria dos comportamentos em especial dos alunos de etnia.

Implementação do PEDIME

Foi adequado ao Agrupamento, no âmbito do Projeto Crescer na Cidade, uma Educadora Social – 15 horas, um docente –10 horas e uma professora de dança- 10 horas para intervirem particularmente na EB2,3 Dr. Ruy d'Andrade e na EB do Bonito, visando a redução do abandono escolar/redução da retenção por excesso de faltas e a melhoria dos comportamentos.

19. ARTICULAÇÃO AGRUPAMENTO/COMUNIDADE

A articulação com a comunidade é inerente ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na medida em que há necessidade de estabelecer protocolos/parcerias com entidades locais e regionais de forma a encontrar entidades formadoras onde os alunos dos cursos profissionais possam desenvolver, respetivamente, a Formação em Contexto de Trabalho e a Prática Simulada. Esta articulação é ainda fundamental, mesmo no ensino regular, ao nível da Educação Pré-escolar, do 1º Ciclo e no desenvolvimento de Projetos, tais como: o Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual, o Projeto EcoEscolas, o Parlamento dos Jovens, entre outros. As parcerias com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia, UCC do Almourol, Centro de Saúde, Museu Nacional Ferroviário, Clubes Desportivos, Instituições de Ensino Superior, Associações Empresariais e pequenas/médias empresas e são fundamentais para a qualidade do serviço que prestamos aos nossos alunos.

O sucesso dos alunos está, igualmente, associado ao acompanhamento dos pais, daí a necessidade de uma articulação da Diretora do Agrupamento com as Associações de Pais e Encarregados que em reuniões periódicas trabalham na promoção de atividades, no apoio a alunos carenciados e na implementação de estratégias que visem a solução de problemas e o sucesso dos alunos.

Nesta lógica de articulação com a comunidade, a Diretora reúne, ainda, com os representantes dos pais nos conselhos de turma (Pré, 1º, 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário), em reuniões ordinárias (uma vez por período) e sempre que o solicitem. Estas reuniões visam a análise dos resultados escolares, a reflexão em torno de questões associadas à indisciplina no Agrupamento, a apresentação de propostas de melhoria, sempre numa procura de medidas conducentes ao sucesso.

O Professor titular de Turma/Diretor de Turma tem um papel crucial nesta articulação com a comunidade ao interagir com os pais na procura de soluções/planos de ação que promovam o sucesso educativo dos alunos.

20. AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

O presente Plano deve ser encarado como dinâmico e flexível, suscetível de ajustamentos e melhorias. A avaliação deve ser baseada na autoavaliação das ações previstas e servirá como elemento regulador da sua aplicação prática.

Em Conselho Pedagógico proceder-se-á a uma reflexão sobre a discrepância entre as metas propostas e as metas atingidas e, serão introduzidas as alterações, decorrentes da mesma

A avaliação será feita no final do ano letivo.

Aprovado do Conselho Pedagógico de ____ de ____ de 2019